

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Geovanna Gravia Pimenta

**ONDE ESTÃO AS MULHERES?
AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES POLÍTICAS NA
COBERTURA DO PERÍODO DE PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL DO PORTAL G1**

**Brasília
2018**

Geovanna Gravia Pimenta

**ONDE ESTÃO AS MULHERES?
AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES POLÍTICAS NA
COBERTURA DO PERÍODO DE PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL DO PORTAL G1**

Monografia de conclusão de graduação para obtenção de grau de bacharel no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado.

**Brasília
2018**

**ONDE ESTÃO AS MULHERES?
AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES POLÍTICAS NA
COBERTURA DO PERÍODO DE PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL DO PORTAL G1**

GEOVANNA GRAVIA PIMENTA

Monografia de conclusão de graduação para
obtenção de grau de bacharel no curso de
Comunicação Social com habilitação em
Jornalismo pela Universidade de Brasília -
UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria
Macedo Machado.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado
Orientadora

Profa. Dra. Katia Maria Belisário
Examinadora

Profa. Dra. Liziane Soares Guazina
Examinadora

Profa. Dra. Márcia Marques
Suplente

**Brasília
2018**

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Liliane Maria Macedo Machado por ter acreditado na minha pesquisa e por ter aceitado me orientar à distância. Agradeço imensamente pela paciência e por ter me ensinado a importância de ir com calma e dar um passo de cada vez.

Aos meus pais, Rosângela de Jesus Gravia e Eurijan da Silva Pimenta, por acreditarem no meu potencial, por sempre terem investido na minha educação e por terem me apoiado a realizar o meu sonho de entrar na Universidade de Brasília.

Às professoras Katia Maria Belisário, Liziane Soares Guazina e Márcia Marques por terem aceitado participar da minha banca e pela disponibilidade durante o período que precisei coletar as assinaturas para o termo de compromisso. À professora Dione Moura por ter me orientado a criar uma proposta de trabalho de conclusão de curso na disciplina pré projeto. Ao Rogério Carlos da Costa, secretário da graduação, por ter me ajudado no processo de matrícula.

O presente trabalho de conclusão de curso não existiria sem a ajuda dos meus amigos e familiares: Vitor Mateus Gravia Pimenta que entregou todos os documentos necessários na universidade e esteve disponível para levar e trazer os últimos capítulos para mim, Daniel Araújo Amaro que corrigiu, imprimiu e digitalizou todos os textos fazendo a ponte entre eu e a minha orientadora no começo do projeto, Amanda Lopes Dantas que conseguiu a maior parte das assinaturas dos membros da banca e me ajudou a imprimir e levar os capítulos para a minha orientadora. Eu tive muita sorte de poder contar com vocês. Às todos, minha imensa gratidão.

Em 2018, aprendi mais do que nunca a agradecer as oportunidades e os desafios que vida me proporcionou. Gostaria de agradecer a minha Tia Nilza que me hospedou nessa fase da minha vida e, com palavras motivacionais, me ajudou a concluir essa pesquisa.

Por fim gostaria de agradecer aos meus amigos pela compreensão por toda a ausência dos últimos meses e pelas palavras de incentivo. Em muitos momentos achei

que esse trabalho não seria possível, obrigada por acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditei.

As representações midiáticas das mulheres sempre foi um tema que me incomodou. Desde pequena observava como a sociedade criava representações que condicionavam a imagem que nós mulheres fazemos de nós mesmas e dos outros. Portanto, esta pesquisa foi muito significativa e gratificante para mim, pois através dela, me envolvi mais no movimento feminista e conheci mulheres incríveis.

DEDICATÓRIA

À todas as mulheres, mas especialmente a minha mãe Rosângela de Jesus Gravia que sempre me mostrou que o lugar da mulher é onde ela quer estar.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar como o portal G1 representou os políticos homens e mulheres, no período entre os dias 1º de janeiro de 2018, começo do ano de disputa eleitoral, e 30 de abril de 2018, último dia do mês que o prazo da janela partidária terminou. Foram selecionadas 23 matérias, dentre 77 publicadas nesse mesmo portal. A partir desse corpus, a presença da mulher em relação ao homem foi quantificada e analisada com o propósito de investigar os discursos que são materializados nas matérias selecionadas para análise. O portal G1 é um dos sites de informação mais importantes do Brasil e o tema ganhou relevante atenção da imprensa no começo deste ano porque 2018 é um ano eleitoral. As mulheres tem pouca participação na política brasileira. Mesmo com a implementação da lei de cotas que assegura, o mínimo, 30% e, o máximo, de 70% para candidaturas para cada sexo em cargos legislativos, as mulheres enfrentam dificuldades para se inserirem nas estruturas de poder. Por meio do método da Análise de Conteúdo e do arcabouço teórico composto por estudos feministas, estudos sobre representação social e sobre os meios de comunicação, observou-se que o **portal G1** empreende uma narrativa patriarcal nas notícias.

Palavras-chave: 1. Portal G1; 2. Políticas de cotas; 3. Estudos feministas e de gênero; 4. Jornalismo político; 5 Análise de conteúdo.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the portal G1 newspaper represented the politicians men and women, from 1 january to 30 abril. Twenty-three subjects were selected from among 77 published in the same portal. From this corpus, the presence of the woman in relation to the man was quantified and analyzed with the purpose of investigating the discourses that are materialized in the materials selected for analysis. The subject gained relevant media attention earlier this year because 2018 will be election year. Women have little participation in Brazilian politics. Even with the implementation of the quota law that have a minimum of 30% and a maximum of 70% for candidates for each sex in legislative positions, women face difficulties in inserting themselves in the structures of power. Through the method of Content Analysis and the theoretical framework composed of feminist studies, studies on social representation and on the media, it was observed that the G1 portal apprehends a patriarchal narrative in the news.

Key Words: 1.Portal G1; 2. Quota policies; 3. Feminist and gender studies; 4. Political journalism; 5 Content analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A MÍDIA.....	12
1.1 A notícia e o portal G1.....	12
1.2 Jornalismo especializado e as particularidades da cobertura política.....	13
1.3 Da construção da notícia à construção social da realidade.....	17
2. AS MULHERES E A POLÍTICA DE COTAS DE GÊNERO.....	19
2.1 Mulheres e a questão de gênero.....	19
2.2 Identidade e representação.....	23
2.3 Políticas afirmativas e conflitos sociais.....	26
2.4 A conquista da lei de cotas no mundo.....	27
3. RERESSENTAÇÃO DAS MULHERES NO PORTAL G1.....	33
3.1 Análise de conteúdo.....	33
3.2 Pré-análise.....	34
3.3 Exploração do material.....	36
3.3.1 Sub-representação das mulheres na política: hipótese 1.....	36
3.3.2 Fontes utilizadas: hipótese 2.....	38
3.3.3 Contexto em que as políticas mulheres são alocadas: hipótese 3.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
APÊNDICE A - Lista com links para as matérias analisadas.....	54

INTRODUÇÃO

As mulheres trabalham mais que os homens. O estudo **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**¹, divulgado em março de 2017, identificou que as mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana devido ao acúmulo entre as tarefas domésticas e trabalho remunerado. A pesquisa tem base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além de trabalharem mais, elas recebem remunerações menores. O salário feminino no Distrito Federal é cerca de 20% menor que o masculino — de acordo com uma pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)², em março de 2017.

Segundo o último estudo da Organização Internacional do Trabalho³ (OIT), divulgados em março de 2018, no site da Organização das Nações Unidas no Brasil, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho no mundo ficou em 48,5%. O resultado é 26,5 pontos percentuais abaixo da taxa dos homens. Todavia, a participação das mulheres no mercado de trabalho no Distrito Federal não segue esse padrão. O boletim especial Mulheres⁴, da pesquisa de emprego e desemprego no DF, divulgado pela Secretaria do Trabalho, apontou que a participação das mulheres subiu de 58% para 60%, em março de 2018.

O dado otimista, entretanto, se contradiz quando observado com mais cautela, pois o estudo ainda revela sexismo nos locais de trabalho. Por exemplo, a taxa de ocupação feminina nos serviços públicos diminuiu cerca de 2%, ao passo que a ocupação nos serviços domésticos de diaristas aumentou 16% e a ocupação como mensalistas domésticas, 6%.

Quanto à representação política, a discrepância continua. Apesar de serem a parcela majoritária da população — cerca de 51,4% segundo a Pesquisa Nacional por

¹ Dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, referentes aos anos de 1995 e 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2018.

² Dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, referentes ao ano de 2017. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/pesquisa-revela-que-salario-das-mulheres-e-cerca-de-20-menor-que-o-dos>. Acesso em 07 de maio de 2018.

³ Dados divulgados pelo Organização Internacional do Trabalho – OIT, referentes ao ano de 2008. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-menor-que-dos-homens/>. Acesso em 07 de maio de 2018.

⁴ Dados divulgados pela Secretaria do Trabalho, referentes aos anos de 2015 e 2017. Disponível em: <http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-03/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-do-df-subiu-de-58-para-60>. Acesso em 07 de maio de 2018.

Amostra de Domicílio⁵, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 — atualmente apenas cerca de 9,9 % do parlamento é composto por mulheres.

Segundo a edição de 2016 do livro **+Mulheres na política: Mulher, tome partido!**⁶, no Distrito Federal, as eleições de 2014 elegeram seis mulheres para ocupar os 34 cargos eletivos. Nenhuma no Senado Federal; uma na Câmara dos Deputados; e cinco na bancada distrital.

Desde o fim do século XIX, há registros da mobilização das mulheres na luta por direitos civis, políticos e sociais. As reivindicações por direitos democráticos garantiram o direito ao voto, estabelecido pela Constituição Federal em 1932 no Brasil. Todavia, a conquista não foi o suficiente para garantir cidadania. Apesar de votarem, as condições para serem votadas não eram as mesmas em relação aos homens. Isto acontece por causa do histórico patriarcal do Brasil. Até 1932, nem todas as mulheres tinham direito a voto⁷. Apenas as casadas, com autorização dos maridos, e as viúvas e solteiras que tivessem renda própria podiam votar. Somente em 1932, o sufrágio universal e secreto foi estabelecido por Getúlio Vargas através do o código eleitoral Provisório (Decreto 21076)⁸.

Com base nos dados que foram discutidos acima, o **problema de pesquisa** é compreender os significados ou as representações contidas no discurso do **portal G1**, em especial os relativos às mulheres. O **objetivo geral dessa pesquisa** é analisar, por meio das teorias feministas e do jornalismo, as diferenças de representações entre homens e mulheres na cobertura do **portal G1** durante o período de pré-campanha eleitoral. O conteúdo da análise são publicações entre 01/01/2018 a 30/04/2018, começo do ano de disputa eleitoral até o mês que o prazo da janela partidária⁹ terminou. Como **objetivo específico**, foi traçado investigar se houve a utilização de valores patriarcais na cobertura jornalística da pré-campanha eleitoral do portal G1.

⁵ Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao ano de 2013. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>. Acesso em 07 de maio de 2018.

⁶ Dados divulgados pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal., referentes ao ano de 2014. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496489/livreto-mais-mulher-na-politica.pdf?sequence=1>. Acesso em 07 de maio de 2018.

⁷ Artigo O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300009&script=sci_arttext

⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹ A janela partidária foi proposta na Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015) no inciso III do artigo 22-A da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995). O dispositivo indica um período legal de 30 dias, seis meses antes do pleito, para os candidatos, deputados federais e estaduais, terem a possibilidade de trocar de partido político sem o risco de perder o mandato por infidelidade partidária.

Para tanto, realizou-se um levantamento de notícias que abordaram assuntos relacionados aos possíveis candidatos às eleições de 2018. A pesquisa toma como **aporte teórico metodológico** as teorias feministas e de gênero, teorias do jornalismo, o estudo sobre as leis de cotas e análise de conteúdo de Laurence Bardin. De acordo com Bardin (2009), os discursos aparentes possuem diversos sentidos simbólicos e polissêmicos. Segundo a autora, a finalidade da análise de conteúdo é desvendar por meio de procedimentos sistemáticos significações ocultas do discurso.

A escolha por analisar como as mulheres políticas foram retratadas nos meios de comunicação durante o período de pré-campanha eleitoral se deu pois trata-se de um tema de relevância nacional.

Este ano as eleições gerais irão acontecer em 07 de outubro de 2018. E, em caso de 2º turno, em 28 de outubro de 2018. Serão eleitos: um Presidente da República com mandato de quatro anos; 27 Governadores das unidades federativas também com mandato de quatro; 54 Senadores com mandato de oito anos; Deputados Federais e Deputados Estaduais/Distrital.

A eleição deste ano será muito importante para o Brasil. Por meio dela, os cidadãos poderão designar os políticos que irão ocupar os cargos de poder no nosso país pelos próximos anos.

Em 1995, o Brasil implementou políticas de cotas por meio da Lei n. 9.100/95¹⁰. A medida estipulou uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido para a candidatura de mulheres. O objetivo era estimular a participação das mulheres na política.

Em 1997, a lei foi alterada e modificou o sistema de reserva de vagas para o sistema estabelecido na Lei 9.504/97¹¹. A partir da norma, cada partido ou coligação precisa dispor de, no mínimo, 30% e, o máximo, de 70% para candidaturas para cada sexo em cargos legislativos (candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as assembleias legislativas e as câmaras municipais).

Apesar da implementação da política afirmativa, as mulheres ainda não têm representatividade na participação do destino da sociedade. E, a falta de representatividade, sobretudo no poder político, é um tema que influencia diretamente na vida do cidadão.

¹⁰ Lei n. 9.100/95. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em 07 de maio de 2018.

¹¹ Lei n. 9.100/95. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em 07 de maio de 2018.

A população brasileira ainda possui valores patriarcais. Os espaços de ação de homens e mulheres é concebido de forma diferente pela sociedade. As mulheres que buscam atuar em ambientes públicos e no mercado de trabalho ainda enfrentam dificuldades e são desvalorizadas.

A presente monografia contém três capítulos. O primeiro, intitulado, **A mídia**, compreende o processo de produção jornalística. Por meio de autores como Jorge (2008) apresenta-se os critérios de noticiabilidade que permitem compreender como um fato torna-se notícia. O capítulo procura entender as particularidades do jornalismo especializado, por meio de autores como Bueno (2015), e as especificidades da cobertura na editoria de política, através, por exemplo, de Rocha (2012) e Miguel (2002).

No capítulo seguinte, nomeado **As mulheres e a política de cotas de gênero**, analisam-se as lutas e conquistas dos estudos feministas e de gênero. A autoras Louro (1998) e Navarro-Swain (2016) são algumas utilizadas para o aporte teórico. Além disso, o capítulo trata de representações e suas influências para a construção da identidade dos indivíduos através de autoras como Jodelet (2001) e Pesavento (2006). O capítulo ainda aborda a construção de políticas públicas que buscam a equidade na participação de homens e mulheres na política. O destaque está na lei de cotas implementada em 1995 no Brasil.

Por fim, o capítulo **Representação das mulheres no portal G1** realiza uma análise da cobertura política do site durante o período de pré-campanha eleitoral por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Conforme proposto pela autora, a organização da pesquisa é segmentada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Foram selecionadas e analisadas 23 matérias a fim de investigar os valores e sentidos que as matérias publicadas no portal G1 apresentam.

1. A MÍDIA

1.1 A notícia e o portal G1

De acordo com Nelson Traquina (2005), “o jornalismo é a vida”. A partir dessa premissa, poderíamos afirmar que a profissão existe para oferecer aos receptores, com critérios e fundamentações, notícias que buscam apresentar versões bem fundamentadas sobre a realidade.

Jorge (2008) discute as diferentes concepções de notícia. Segundo ela, “a notícia é um acontecimento: mas nem todo acontecimento é notícia” (Jorge, 2008, p.23). Ainda segundo a autora, para se tornar notícia um acontecimento precisa despertar interesse em algum público, seja geral ou específico.

De acordo com Mauro Wolf (1987), para selecionar os acontecimentos que são notícia e distingui-los daqueles que não são, utiliza-se o componente valor-notícia. Jorge (2008, p. 30) classifica os valores notícia em: valores fundamentais e valores temáticos.

Para a autora, valores fundamentais são os de atualidade, proximidade e notoriedade. Enquanto os valores-notícia temáticos são: sexo, poder, dinheiro, morte, mistério, lazer, saúde, trabalho, religião, meio ambiente, amor, confidências, educação, ciência, arte, moda e contrastes.

Jorge (2008) ainda apresenta medidores capazes de indicar características que conferem relevância aos acontecimentos. São eles: intensidade do acontecimento, proximidade, extensão ou consequência, tempo do fato, número e variedade de elementos envolvidos.

Os critérios de noticiabilidade estão presentes nas notícias veiculadas no G1. A escolha do portal decorreu do fato de ser um dos principais sites de jornalismo do país e por ser um veículo acessível.

O G1 pode ser acessado pela internet no computador e em versão mobile. O conteúdo está disponível nos idiomas português, inglês e espanhol. O portal foi lançado no ano em que a Rede Globo completou 41 anos, em 18 de setembro de 2006. Em 2010, ele foi aprimorado e o seu conteúdo começou a contar também com o material produzido pelas redes filiadas, como por exemplo, Globo Rio, RPC, Globo São Paulo e outras sucursais.

Atualmente, o portal de notícia é alimentado, 24 horas por dia, com conteúdos multimídia, por cinco redações próprias (localizadas, em Brasília, São Paulo, Rio de

Janeiro, Belo Horizonte e Recife); pelos veículos de comunicação afiliados da **Rede Globo** e pelas agências de **Notícias Agência Estado, Agência France Presse, Associated Press, EFE, New York Times, Lusa, Reuters e Valor Econômico**.

Segundo a pesquisa da empresa Meta Pesquisa de Opinião, encomendada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom)¹², a maioria da população brasileira prefere se informar pela Rede Globo. De acordo com o levantamento, a Globo tem a preferência de 69,8% dos entrevistados ouvidos pelos pesquisadores.

O G1 pertence ao Grupo Globo, o maior conglomerado de comunicação do país. O grupo é responsável também pelas empresas: Infoglobo, Sistema Globo de Rádio, Editora Globo, TV Globo, Som Livre, Globosat, Globo.com e Zap. O portal G1 é líder em audiência. De acordo com o serviço Alexa Internet Inc.¹³, a “globo.com”, plataforma que hospeda o portal, foi o site de notícias mais acessado no Brasil no mês de fevereiro de 2016.

Ainda de acordo com o serviço Alexa Internet Inc., dentre os 50 sites mais populares do Brasil em 2017¹⁴, o Globo.com¹⁵, endereço que engloba o portal G1, é o quinto site mais popular entre os brasileiros e o primeiro mais popular na categoria notícias.

Segundo a pesquisa, o portal de notícias Uol¹⁶ é o sexto mais popular, do Grupo Folha. O próximo site popular que se assemelha com o conteúdo do jornalismo é o **Fatos Desconhecidos**¹⁷ na vigésima posição. Em vigésima segunda posição se encontra a plataforma de notícia Metrópoles¹⁸ e em quadragésima quarta posição o site da Folha de São Paulo¹⁹.

1.2 Jornalismo especializado e as particularidades da cobertura política

Na pesquisa em questão, nossa atenção será dirigida à editoria de política do portal G1. Bueno (2015) aborda as práticas desse segmento cujo objetivo é informar

¹² Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/06/rede-globo-e-emissora-preferida-aponta-pesquisa-encomendada-pelo-governo-federal.html>>

¹³ Alexa Internet Inc. é um serviço oferecido pela Amazon. O objetivo é medir a quantidade de usuários em determinado sítio da internet. Disponível em: <www.alexa.com>. Acesso em: 07/06/2018.

¹⁴ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/os-50-sites-mais-acessados-do-brasil-e-do-mundo/>>

¹⁵ Disponível em: <globo.com>

¹⁶ Disponível em: <uol.com.br>

¹⁷ Disponível em: (<fatodesconhecidos.com.br>)

¹⁸ Disponível em: <metrópoles.com>

¹⁹ Disponível em:<folha.uol.com.br>

um assunto específico para um público específico interessado. Para o autor, no jornalismo especializado o processo de produção jornalística se concentra na cobertura qualificada de algumas notícias por temáticas.

Diferentemente da cobertura de caráter geral, que não se vincula a uma temática específica e se manifesta a partir de um discurso despojado de termos e expressões técnicos ou científicos, ele pressupõe uma área de cobertura circunscrita a uma temática, um discurso “especializado” fontes qualificadas (especialistas em determinado campo do conhecimento) e um nível de capacitação diferenciada dos profissionais (jornalistas ou não) que o produzem. (Bueno, 2015, p.282 e 283).

Bueno (2015) sustenta que o papel do jornalismo especializado é atender um público diverso que busca informações qualificadas. O autor ressalta que isso não quer dizer limitar-se a especialistas, mas também recorrer a fontes comuns, como cidadãos por exemplo. Inclusive, ele reforça a importância de se recorrer a fontes múltiplas.

Além de garantir a saudável diversidade de ideias e opiniões e instaure o confronto, o embate – elementos essenciais na divulgação e no debate de temas complexos –, essa postura impede que determinadas fontes encaminhem o foco da matéria/reportagem para o seu campo de interesse, neutralizando o esforço necessário de checagem das informações. (Bueno, 2015, p. 289).

De acordo com Rocha (2012), o foco da cobertura do jornalismo político são temas e acontecimentos relacionados com a política e todas as esferas do poder, tais como a cobertura de negociações entre partidos, as agendas dos órgãos públicos como o Congresso Nacional, eventuais mudanças de cargos, corrupção, abuso de poder, entre outros, incluindo aspectos locais, regionais, nacionais e de repercussão internacional.

Na presente pesquisa trataremos da cobertura do período de pré-campanha eleitoral, durante o período entre os dias 1º de janeiro de 2018, começo do ano de disputa eleitoral, e 30 de abril de 2018, último dia do mês que o prazo da janela partidária²⁰ terminou.

²⁰ A janela partidária foi proposta na Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015) no inciso III do artigo 22-A da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995). O dispositivo indica um período legal de 30 dias, seis meses antes do pleito, para os candidatos, deputados federais e estaduais, terem a possibilidade de trocar de partido político sem o risco de perder o mandato por infidelidade partidária.

A editoria de Política é uma das 20 editorias do G1. No portal, os leitores têm à disposição conteúdos que englobam as editorias de economia, tecnologia, concursos e empregos, educação, carros, ciência e saúde, cultura, entre outros, além dos noticiários nacional e internacional.

As notícias políticas possuem grande visibilidade, por consequência, o que é publicado pode interferir na forma como as pessoas e as próprias autoridades entendem os fatos. Barreto defende que “a notícia é interface entre o real e o leitor” (2006, p.21). Para o autor, como a sociedade não consegue testemunhar todos os acontecimentos, os meios de comunicação possuem o papel de elo entre a sociedade e os fatos noticiados.

Silva (2002) acredita que jornalismo público tem como objetivo orientar os leitores com informações quanto a soluções de problemas e indicações de serviços à disposição da comunidade. Para o autor, o jornalismo público atua a favor do cidadão e é uma ferramenta essencial para possibilitar o debate político. Ele afirma que o jornalismo público “mostra como os problemas podem ser tratados pelas políticas públicas” (Silva, 2002, p. 9). Silva (2002) exemplifica:

Em vez de fazer uma matéria sobre um buraco de rua e ir atrás da autoridade para que ela solucione aquele problema, podemos retratar como funciona a política que determina a colocação de asfalto nos bairros. (Silva, 2002, p. 9)

Este tipo de informação instrui a sociedade sobre os fatos dos espaços públicos e políticos e permite aos cidadãos argumentar sobre a atuação do governo. A consolidação da imprensa criou um espaço propício para a emergência das sociedades democráticas.

O jornalismo político está estritamente relacionado com a democracia, pois ele deve ao mesmo tempo cumprir o papel de “vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes” (Traquina, 2005, p.50) e de “fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas, tornando central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística” (Traquina, 2005, p.50). Para a democracia existir, a sociedade precisa estar informada para se manifestar e ter um papel ativo nas decisões públicas.

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas

aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. (Miguel, 2002, p.163)

De acordo com Miguel (2002), o desenvolvimento dos meios de comunicação mudou o ambiente político. Para o autor, a evolução tecnológica da mídia modificou “o contato entre líderes políticos e sua base, a relação dos cidadãos com o universo das questões públicas e mesmo o processo de governo” (Miguel, 2002, p.1).

Os veículos de comunicação asseguram aos cidadãos o direito de receber informações acerca da agenda e das decisões governamentais e, assim, a partir desse conhecimento, os eleitores se tornam mais capazes de escolherem os representantes políticos.

Enquanto formadora de opinião que é, a mídia presta serviço de ordem social, público e essencial a sociedade, difundindo conhecimento e tornando o inatingível, muitas vezes, atingível. Em função disso, sua essencialidade se revela vez que atua como elemento dirimente das desigualdades que, pelos motivos já explanados, mantêm verdadeiro abismo entre algumas classes sociais”. (Pompeo, Martini, 2012, p. 4)

No caso do jornalismo especializado em política, Barreto (2006) ressalta algumas particularidades. Para o autor, há uma harmonia entre a necessidade do jornalista de buscar notícias e o desejo do político de ser a notícia. Barreto (2006) sustenta que os políticos almejam exposição midiática para ter visibilidade dos eleitores e permanecer, ou mesmo chegar, a cargos de poder.

Muitos estudos sugerem que o papel político da mídia de notícias está em ampliar o alcance dos que já são politicamente poderosos. Nesse sentido, os jornalistas seriam influentes principalmente no apoio à autoridade oficial e menos na alocação de valores (Cook, 2011, p.205)

O jornalista que trabalha com política precisa de um bom relacionamento com as fontes para conseguir informações necessárias e ter capacidade de mostrar todos os lados de uma história para a sociedade. Todavia, Barreto (2006) ressalta que a relação entre jornalistas e políticos pode ser perigosa porque “ao partilhar crenças e valores comuns com os atores políticos, o jornalista pode privilegiar certas aptidões e/ou pronunciamentos de alguns deles em detrimento dos demais” (Barreto, 2006, p.14).

As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia. (Miguel, 2002, p. 163)

Segundo Miguel (2002), o problema do jornalismo político é que os discursos empregados nas mídias não contemplam a pluralidade de expectativas e desejos da população.

Se, como diz Nadia Urbinati, 'na democracia representativa a exclusão política toma a forma de silêncio', esse silêncio não é apenas a ausência de um representante no parlamento. É a ausência de voz na disputa pelas representações do mundo social, que se trava nos meios de comunicação. No entanto, as concepções correntes da democracia tendem a ignorar ou desprezar esse fato. (Miguel, 2002, p. 163)

Isto é, Miguel (2002) acredita que o espaço na mídia, sobretudo o político, precisa ser utilizado por diferentes vozes existentes na sociedade para que os diversos grupos sociais sejam ouvidos e possam participar do debate político.

1.3 Da construção da notícia à construção social da realidade

A presente pesquisa tratará o jornalismo com base na teoria construtivista defendida por autores como Nelson Traquina (2005). Traquina sustenta que o jornalismo é uma construção social da realidade. "As notícias ajudam a construir a própria realidade" (2005, p.168). Portanto, o autor rejeita a ideia da teoria do espelho que diz que o conteúdo produzido por jornalistas representa uma reprodução fiel da realidade sem outros interesses.

A escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas. (Traquina, 2005, p.174)

Um dos argumentos de Traquina (2005) é que a linguagem do jornalismo não é neutra. Para o autor, não se trata de dominar uma técnica para escrever em formatos

pré-estabelecidos. Dessa forma, as palavras não são capazes de transmitir diretamente os acontecimentos. Além disso, Traquina (2005) alega que existem inúmeros fatores, como orçamento financeiro e organização do trabalho, que podem influenciar na maneira como os acontecimentos são representados nas notícias.

Além de construir a informação, Guilherme Canela (2007) defende que os meios de comunicação têm as capacidades: de agendamento, de enquadramento e de controle social. A hipótese do agendamento foi desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972. Segundo os autores, o *agenda setting* é um efeito social da mídia que permite, através da repetição e do foco em determinado aspecto do acontecimento, influenciar no que e como os leitores vão tratar do assunto.

Dentre os principais pressupostos da hipótese de agendamento, Hohlfeldt (1997) destaca o fluxo contínuo de informação que admite que o processo de comunicação e de informação não é fechado. Para o autor, “consciente ou inconscientemente, guardamos de maneira imperceptível em nossa memória uma série de informações de que, repentinamente, lançamos mão” (Hohlfeldt, 1997, p.44).

Dearing e Rogers (1996, p. 55) consideram que o agendamento é um processo de três níveis: *media agenda* ou agenda midiática que são os temas discutidos na mídia, *public agenda* ou agenda pública que são os tópicos relevantes para o público e *policy agenda* ou agenda política que são assuntos relacionados com gestores públicos.

Hohlfeldt (1997) defende que as notícias influenciam o receptor a longo prazo. E, diferentemente da teoria hipodérmica²¹, cujos adeptos acreditam que os meios de comunicação induzem o que o receptor pensa sobre um tópico preciso, na verdade os meios de comunicação interferem sobre o que pensar.

Os jornalistas não se limitam a observar e relatar, eles participam ativamente do processo de produção da notícia e oferecem aos receptores apenas um recorte dos fatos. O conceito de enquadramento proposto por Gitlin (1980) e retomado por Traquina (2005), entende que enquadrar é seguir “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais os symbol-handlers organizam rotineiramente o discurso verbal e visual”.

A partir de Glitin (1980), Traquina (2005) explica:

Os próprios processos de enquadramento são influenciados pelas pressuposições tradicionais do jornalismo: 1) as notícias envolvem

²¹ A teoria hipodérmica, “defendia uma relação direta entre a exposição à mensagem e o comportamento” (Wolf, 1999, p. 25). Ou seja, o conteúdo da mensagem teria a capacidade de manipular e induzir a população a seguir um comportamento.

acontecimentos; as notícias privilegiam as pessoas e não o grupo, 3) as notícias destacam o conflito e não o consenso; 4) as notícias privilegiam o fato que "alimenta" a "estória" e não o fato que a explica (Traquina, 2005, p.198)

As teorias de agendamento e enquadramento estão relacionadas na medida em que a primeira afirma que o jornalismo induz os receptores sobre temas a serem discutidos e a segunda debate como o público vai compreender o assunto.

No próximo capítulo discutiremos algumas das lutas e conquistas das mulheres. Bem como, o conceito de direitos humanos, políticas públicas e da discriminação positiva com o objetivo de assegurar direitos de minorias. Dentre as políticas públicas, o foco será a Lei 9.504/95, usualmente chamada de a Lei de Cotas, norma brasileira que estabeleceu percentuais mínimos e máximos de candidaturas para cada sexo em cargos legislativos. Além disso, trataremos as concepções de identidade e representação.

2. AS MULHERES E A POLÍTICA DE COTAS DE GÊNERO

2.1 Mulheres e a questão de gênero

Segundo Boris (2007), por muitos anos, o patriarcado definiu as mulheres como seres insignificantes. A família patriarcal concebida no Brasil durante o período colonial subordinava as mulheres à obediência incondicional aos homens.

De acordo com o autor, a mulher viveu uma época de intensa dominação masculina. "O homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem desempenhados por ela, com rígidas diferenças em relação ao gênero masculino" (Boris, 2007, p.457).

Para Beauvoir (1949), homens e mulheres nunca viveram de forma igual. A autora defende que não há justificativas naturais para existir situações de desigualdade entre os dois sexos. Segundo ela, as culturas determinam padrões de ação não naturais que conduzem os comportamentos dos indivíduos de determinado gênero.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (Beauvoir, 1949, p. 579)

Beauvoir (1949) diferencia o sexo como um fator unicamente biológico e o gênero como uma construção social que impõem papéis distintos aos homens e mulheres a partir da subjetividade, imposta pela sociedade, do que é masculino e feminino. Louro (1998) reforça que o espaço de ação dos homens e mulheres não é determinado pelas diferenças sexuais, mas sim pelo que se foi construído historicamente e socialmente naquela comunidade a partir do sexo.

A partir do reconhecimento dessa construção do patriarcado, as mulheres se uniram para reivindicar a igualdade de direitos entre homens e mulheres a fim de garantir a equidade na participação na sociedade. De acordo com Navarro-Swain (2016), o "feminismo sempre pretendeu a igualdade dos direitos, a plena cidadania, um lugar social que não seja determinado pelo sexo, mas pelas capacidades individuais. Queria fazer das mulheres sujeitos políticos, de direito e de fato" (Navarro-Swain, 2016, p.51).

Na obra *Gênero, sexualidade e educação - uma perspectiva pós-estruturalista*, Louro (1998) discute o conceito de gênero a partir de uma recuperação do processo do movimento feminista por meio da apresentação das três ondas do movimento que representam os momentos importantes na história do feminismo.

A autora relembra que o marco principal da primeira onda do feminismo foi a extensão do sufrágio às mulheres. Além da conquista do direito ao voto, as mulheres

alcançaram direitos civis, políticos e educativos. Louro (1998) reforça que, neste momento, a luta feminista esteve atrelada apenas aos interesses das mulheres brancas de classe média.

O sufrágio passou a ser reconhecido, posteriormente, como a 'primeira onda' do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (Louro, 1998, p.15)

Em seguida, a autora debate a segunda onda do movimento, que começou no final da década de 1960, e trouxe outras questões mais profundas que abrangeram todas as mulheres e a problematização do conceito de gênero. Durante esse período, Louro (1998) afirma que houve uma grande transformação no campo científico.

Os estudos acerca das mulheres começaram a ganhar força e deram visibilidade para temas e problemas que, até então, não faziam parte do espaço acadêmico. As mulheres foram transformadas em objetos de pesquisa, as metodologias ganharam uma nova perspectiva e os pesquisadores passaram a explorar outras maneiras de escrever os textos, como por exemplo, escrever em primeira pessoa.

Escosteguy e Messa (2006) realizaram um levantamento de dissertações e teses, apresentadas nos programas de pós-graduação no Brasil, com o objetivo de documentar a presença da temática das relações de gênero nas pesquisas em Comunicação, no período de 1992 a 2002.

As autoras concluem que os estudos de gênero estão ganhando mais espaço no campo da comunicação. Entre 1992-1996, das 754 teses e dissertações produzidas no Brasil, apenas 12 foram classificadas como estudos de gênero e comunicação. Já no período de 1997 a 1999, das 835 teses e dissertações defendidas, apenas 17 enfocaram na temática de gênero. Por fim, de 2000 a 2002, dos 1665 trabalhos, 36 vinculam-se à temática de gênero.

Ainda de acordo com o estudo, a pesquisa em comunicação possuiu diferentes linhas de trabalho ao longo da história. De 1992 a 1996, o foco estava na mensagem. Ao passo que, de 1997 a 1999, o receptor já não mais recebia o conteúdo imposto, assim o mote era analisar o processo de interação, bem como a representação do corpo na mídia e seus estereótipos.

E termina com os estudos de 2000 a 2002, que trouxeram um aprofundamento dos estudos das representações do feminino em diferentes esferas na mídia: televisão, publicidade, revistas, impresso, etc. Escosteguy e Messa (2006) documentam, no decênio estudado, que 24 pesquisas tiveram a mídia impressa como base, 17 a mídia audiovisual e as demais, 65, variaram o foco.

O caráter político dos estudos feministas ficou cada vez mais evidente. Louro (1998) apresenta fragmentos da história em que os movimentos feministas questionaram como as características sexuais atribuíram valor e espaço de atuação. A autora ressalta que as diferenças entre os dois sexos que determinam o feminino e o masculino são criações sociais.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental. (Louro, 1998, p.21).

A terceira onda do feminismo buscou eliminar os gargalos da segunda onda. De acordo com Narvaz e Koller (2006), a proposta desse momento foi “ênfaticamente a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo” (p.679). Aspectos que diferenciam as mulheres como cor e classe social ganharam destaque nas discussões.

Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. (Narvaz e Koller, 2006, p. 649).

Hooks (2000) compreende o feminismo como um movimento que tem como objetivo principal acabar com o sexismo e com a exploração e opressão embasada no sexo. A autora diz que não só os homens, mas também as mulheres possuem pensamentos e comportamentos sexistas.

À medida que o feminismo contemporâneo progredia, as mulheres perceberam que os homens não eram o único grupo em nossa sociedade que apoiavam o pensamento e o comportamento sexista— as mulheres também poderiam ser sexistas—o sentimento anti-homem já não moldava a consciência do movimento. O foco mudou para um esforço total para criar justiça de gênero. (hook, 2000, p.18)

Hooks (2000) traz uma concepção de feminismo muito mais ampla por englobar também a exploração de mulheres por outras mulheres a partir da cor e classe social. Com o objetivo de analisar essas diferenças e diversidades, o campo de estudo deixou de ser a relação entre os sexos para se tornar a relação entre os gêneros.

2.2 Identidade e representação

Segundo Hall (1992), as identidades não são inatas, elas se constroem e podem ser modificadas através de representações. O ser humano vive em sociedade. Por consequência, está imerso em relações sociais; influencia e é influenciado por tudo que o cerca. Por intermédio do meio e da sociedade o indivíduo desenvolve os seus valores, direitos e deveres.

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (Hall, 1992, p.39)

Hall (1992) afirma que o sujeito é formado e transformado pela maneira com que é representado pelos sistemas culturais. O autor sustenta, portanto, que a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. Logo: “a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 1992, p. 11).

Jodelet (2001) afirma que representar é algo natural para o ser humano.

Sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. É necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe. Eis porquê construímos representações. (Jodelet, 2001, p. 1).

A autora entende que a comunicação e a interação são essenciais para a construção do universo consensual da realidade social dos indivíduos. Segundo Jodelet (2001), os indivíduos podem ser entendidos como o funcionamento cognitivo e o aparelho psíquico, dentro de um sistema social, que define como as interações entre os grupos, afetam as representações.

Reconhece-se que as representações sociais - enquanto sistemas de interpretações que regem nossa relação com o mundo e com os outros - orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (Jodelet, 2001, p. 22)

As representações influenciam as identidades sociais e os papéis sociais dos indivíduos. Para Jodelet (2001), as definições compartilhadas por várias pessoas são capazes de construir uma visão consensual da realidade para determinado grupo.

De acordo com Pesavento (2006), as representações estão estritamente relacionadas com a cultura. Para a autora, a cultura é uma construção social e histórica que reúne significados partilhados com o objetivo de traduzir e orientar o olhar sobre a realidade.

Ação humana de re-apresentar o mundo – pela linguagem e pela forma, e também pela encenação do gesto ou pelo som -, a representação dá a ver e remete a uma ausência. É, em síntese, ‘estar no lugar de’. Com isto, a representação é um conceito que se caracteriza pela sua ambigüidade, de ser e não ser a coisa representada, compondo um enigma ou desafio que encontrou sua correta tradução imagética na blague pictórica do surrealista René Magritte, como suas telas ‘Isto não é um cachimbo’, ou ‘Isto não é uma maçã’. (Pesavento, 2006, p. 49)

Pesavento (2006) reforça que a tradução reproduzida nas representações não é necessariamente um reflexo do real. Para a autora, a presentificação de uma ausência é ambígua porque o representante e o representado estão relacionados com aproximações e distanciamentos. Ao representar, quem representa pontua e ressalta algumas características em detrimento de outras. Os discursos empregados na representação “não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade” (Pesavento, 2006, p. 49).

Machado (2016) reforça que "representar gênero também é constituir-lo. Não se trata de mera reprodução do real" (Machado, 2016, p.117). A escolha pela omissão ou menção de determinado aspecto do ser ou objeto representado influencia a identidade do mesmo.

Para Guedes (1995), a língua também pode ser um reflexo da construção cultural das sociedades.

A partir da dominância de características comuns, representações sociais que nos atravessam a nós, indivíduos, às instituições sociais, como escola, igreja, direito etc, às normas e valores sociais instituídos socialmente e expressos em códigos de comportamento sociais. (Guedes, 1995, p.6).

Guedes (1995) argumenta que a linguagem pode inferir conceitos e preconceitos simbólicos por ser um "elemento formador e constitutivo do Psiquismo" (p.11). Segundo a autora, a definição de mulher e homem presente no dicionário reflete a desigualdade de gênero discutida.

A palavra mulher é apropriada ao sentido de Santa e reprodutora ou Prostituta. Enquanto homem aparece como "alguém que apresenta um maior grau de complexidade na escala evolutiva" (Guedes, 1995, p. 6).

Encontramos ainda as designações 'Mulher à toa', 'Mulher de comédia', 'Mulher de rótula', 'Mulher de rua', 'Mulher da vida', 'Mulher de amor', 'Mulher de má nota', 'Mulher de ponta de rua', 'Mulher de fado', 'Mulher de fandango', 'Mulher de mundo', 'Mulher do pala aberto', 'Mulher errada', 'Mulher fatal', 'Mulher perdida' e 'Mulher vadia'. De todas as designações de mulheres que o lingüista assinala, somente duas não têm o significado assinalado como Meretriz! (grifo meu): 'Mulher de César' e 'Mulher de piolho'. Já para o significado do Homem, o dicionário aponta 'qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que, apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva, o ser humano' dotado 'das chamadas qualidades viris', como coragem, força, vigor sexual etc , Macho - Homem que é homem não leva desaforo para casa. (Guedes, 1995, p.6)

O espaço da mídia é um espaço de representação premente. Segundo Traquina (2005), "as notícias têm uma estrutura profunda de valores que os jornalistas partilham como membros da sociedade, com a sociedade" (Traquina, 2005, p. 29). O discurso que a mídia de massa utiliza para representar os indivíduos, pelo alcance, pode ser capaz de produzir sentidos compartilhados e normalizar visões de mundo específicas.

As redes de comunicação midiáticas ou informacionais intervêm em sua elaboração, abrindo a via de processos de influência, às vezes de manipulação social - veremos que se trata aí de fatores determinantes na construção representativa. (Jodelet, 2010, p. 4)

Para Jodelet (2001), a construção representativa é influenciada pelas redes de comunicação (midiáticas e informacionais). E o pensamento social é motivado pela difusão, ampliada pelos meios e veículos de comunicação, das representações que unificam o universo consensual através da formação de opinião, propagação de atitudes e propaganda de estereótipos.

2.3 Políticas afirmativas e conflitos sociais

A diferenciação social é um dos atributos fundamentais das sociedades contemporâneas. Segundo Rua (2015), além das diferenças de idade, sexo, religião, renda e outros, os indivíduos convivem com valores, desejos e ideias muito diversas. Consequentemente, as sociedades estão em constante conflito de interesses e opiniões.

Rua (2015) acredita que para resolver esses confrontos complexos é necessário implementar coerções e políticas. O presente trabalho tratará de políticas públicas como possível solução para esse embate. Schmitter (1984) define política como:

I. Suas instituições, pelo quadro social concreto e estabelecido dentro do qual participam os atores; II. Seus recursos pelos meios utilizados pelos atores; III. Seus processos, pela atividade principal à qual se consagram os atores; IV. Sua função, pelas consequências da sua atividade para a sociedade global de que faz parte. (Schmitter, 1984, p. 32)

Rua (2015) afirma que políticas públicas são decisões políticas que compreendem várias ações estrategicamente escolhidas para executar decisões tomadas. “Consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (Rua, 2015, p. 1).

Isto é, são ações e programas planejados, criados e executados pelos três poderes do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de assegurar os direitos constitucionais. O poder legislativo atua por meio da criação de leis que

preveem uma política pública, o executivo é encarregado de aplicar a medida e, por fim, o judiciário controla e lei de maneira a garantir que o seu papel seja executado.

Secchi (2013, p.33) aponta que o ciclo de políticas públicas consiste em sete etapas. A primeira é a identificação do problema, quando analisa-se a realidade e aquilo que a sociedade almeja que seja a realidade. Em seguida, acontece a formação da agenda, ou seja, a seleção de questões que precisam de debate. Secchi (2013, p.33) ressalta que existem três tipos de agenda: a política, a formal e a da mídia.

A agenda política consiste em pautas que as lideranças públicas julgam merecedoras de intervenção do governo; a agenda formal é composta pelos problemas que já estão sendo combatidos; e a agenda da mídia aborda pautas que estão sendo veiculadas nos meios de comunicação. Com base nos problemas pautados na agenda, começa a formulação de alternativas. Discute-se um conjunto de soluções e estratégias para resolver cada adversidade.

Traçadas as alternativas ocorre a tomada de decisão pela intervenção ou não. Se positivo, inicia-se a implementação e, posteriormente, a avaliação; caso a política pública não tenha sido efetiva, pode ocorrer a sua extinção.

Segundo Canela (2007), a mídia tem a “capacidade de interferir, a partir daquilo que ela publica e/ou omite, nos temas que estarão no topo da lista de prioridades dos decisores, formadores de opinião e, muito frequentemente, da sociedade como um todo” (Canela, 2007, p.1). Para o autor, os meios de comunicação possuem um papel fundamental na construção e fiscalização das políticas públicas.

A imprensa desempenha um papel central nas democracias contemporâneas ao colaborar fortemente no rol de temas que serão prioritários para os espaços públicos de deliberação, ao ajudar na forma como esses temas serão conduzidos pelos distintos atores relevantes, ao fornecer informações contextualizadas para a reflexão ao redor desses temas e, por fim, ao se transformar em guardiã das ações dos atores responsáveis pela concepção, implementação e avaliação das políticas públicas. (Canela, 2007, p.3)

Quando os veículos de comunicação insistem ou desistem de pautar determinados assuntos a sociedade tende a não se atualizar sobre o tema e esquecê-lo. O mesmo acontece com os líderes públicos que se sentem menos pressionados a debater sobre o tópico e tomar decisões. Para Canela (2007), o foco e a repetição acentuada em determinado tema pode colaborar para a inclusão ou retirada do tópico na pauta do governo.

2.4 A conquista da lei de cotas no mundo

De acordo com Bobbio (1998), não existem direitos humanos absolutos. O autor critica definições tautológicas como “Direitos do homem são os que cabem ao homem enquanto homem” (Bobbio, 1998, p.13). Desaprova também conceitos formais como “Direitos do homem são aqueles que pertencem, ou deveriam pertencer, a todos os homens, ou dos quais nenhum homem pode ser despojado” (Bobbio, 1998, p.13). Por fim, contesta compreensões teleológicas como “Direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana, ou para o desenvolvimento da civilização” (Bobbio, 1998, p.13).

Segundo o autor, nenhuma das três formulações é capaz de conceituar os direitos humanos porque a sua concepção muda conforme a sociedade se transforma.

O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. Direitos que foram declarados absolutos no final do século XVIII, como a propriedade sacre et inviolable, foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XVIII nem sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações. (Bobbio, 1998, p.13)

Para Bobbio (1998), o debate central acerca dos direitos humanos não é elaborar conceituações que fundamentem a sua existência, mas sim discutir maneiras de garantir que os direitos sejam assegurados. “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político.” (Bobbio, 1998, p.16)

Em 1958, a **Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio**²² reconheceu o assassinato provocado por diferenças de etnia, nacionalidade, raça, religião ou questões sócio-políticas como um crime de direito dos povos. A resolução foi um grande marco na promoção dos direitos humanos.

Em 1965, a **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial**²³ declarou que não há justificativas científicas para superioridade genética de algumas civilizações com base nas diferenças raciais. Com a

²² Documento da Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496489/livreto-mais-mulher-na-politica.pdf?sequence=1>. Acesso em 07 de maio de 2018.

resolução, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou práticas sociais que promoviam a discriminação racial.

O artigo 1º da Convenção define a discriminação racial como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais. (Piovesan, 2008, p. 889)

Essas duas convenções criaram espaço para o debate acerca da discriminação do outro. Em 1975, a **I Conferência Mundial da Mulher** estabeleceu a Década da Mulher (1976-1985) e trouxe atenção internacional para a luta das mulheres por empoderamento e igualdade de gênero. A conferência teve uma vital importância para incluir os direitos das mulheres no sistema global de direitos humanos.

Em 1979, a Organização das Nações Unidas promoveu a **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher**²⁴. Na ocasião, foi discutido a definição de discriminação contra a mulher, bem como a promoção de estratégias para estimular a inclusão das mulheres nos espaços públicos a fim de assegurar seus direitos em igualdade de condições com os homens.

Discriminação contra as mulheres viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, que dificulta a participação das mulheres, nas mesmas condições que os homens, na vida política, social, econômica e cultural do seu país, que cria obstáculos ao crescimento do bem-estar da sociedade e da família e que impede as mulheres de servirem o seu país e a Humanidade em toda a medida das suas possibilidades. (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, 1979, p. 1)

O documento das Nações Unidas incentiva os envolvidos a adotar ações afirmativas que estimulem a equidade entre os sexos. Isto é, estabelece aos países a possibilidade do uso de políticas discriminatórias. No artigo 4º, primeiro parágrafo, a resolução cita “a adoção pelos Estados Partes de medidas temporárias especiais visando acelerar a instauração de uma igualdade de fato entre os homens e as

²³ Documento da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139390por.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2018.

²⁴ Documento da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CEDAW-pt.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2018.

mulheres” (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, 1979, p.3).

Antes mesmo da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher acontecer, a Noruega já estava buscando políticas públicas para assegurar a equidade entre os sexos. Em 1978, o país programou uma política de cota que garantiu o mínimo de 40% das vagas para cada sexo nos partidos políticos, em agências governamentais e na direção de comitês, comissões ou conselhos com mais de quatro membros.

A Dinamarca também buscou mecanismo para acelerar a igualdade de sexos. Em 1985, o país outorgou uma lei que propunha o equilíbrio de homens e mulheres na nomeação de membros dos comitês públicos e nos comitês consultivos e administrativos.

Na Finlândia apenas aprovar a legislação que estabelecia a obrigatoriedade da presença de homens e mulher nos conselhos de administração e demais comitês, em 1986, não foi o suficiente. Em 1995, o país criou uma emenda estipulando o percentual mínimo de 40% de representação de cada sexo nos comitês e órgãos públicos de decisão.

Neste mesmo ano, o Brasil implementou na constituição a Lei n. 9.100/95²⁵, conhecida como Lei das cotas. A medida estipulou uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido para a candidatura de mulheres.

Em 1997, a lei foi alterada e modificou o sistema de reserva de vagas para o sistema estabelecido na Lei 9.504/97²⁶. A partir da norma, cada partido ou coligação precisa dispor de, no mínimo, 30% e, o máximo, de 70% para candidaturas para cada sexo em cargos legislativos (candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as assembleias legislativas e as câmaras municipais).

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Artigo 10 da Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

A discriminação positiva tem como finalidade estimular a participação das mulheres na política e assegurar a representação de ambos os sexos. De acordo com Vaz (2008), a presença das mulheres na política é essencial. Segundo a autora, as

²⁵ Lei n. 9.100/95. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em 07 de maio de 2018.

²⁶ Lei n. 9.100/95. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em 07 de maio de 2018.

cotas por sexo na política contribuem para a consolidação da democracia e para a defesa da igualdade de direitos.

As cotas são uma forma de dar igualdade de oportunidades para as mulheres, permitindo uma maior presença feminina no Poder Legislativo e, conseqüentemente, contribuindo para se avançar na democracia política, econômica e social. (Vaz, 2008, p.60)

Vaz (2008) defende que a ausência de mulheres nos espaços de decisões públicas, muitas vezes, é observada porque a sociedade machista não reconhece que as mulheres podem exercer cargos no poder.

As democracias ocidentais definem espaços e direitos distintos para homens e mulheres, excluindo-as da esfera pública e da cidadania política por muito tempo. As desigualdades nas relações sociais de gênero e essa herança dificultam o equilíbrio entre homens e mulheres nas áreas da representação política. (Vaz, 2008, p. 39)

Apesar de a lei buscar assegurar os direitos de participação política das mulheres, há pesquisadores que questionam a sua efetividade. Bruno Bolognesi (2012), por exemplo, na obra *A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?*, investiga se as cotas eleitorais de gênero são de fato uma política pública redistributiva.

O autor examina se a finalidade da lei é garantir direitos a uma minoria específica ou se ela funciona apenas como mais um artifício político que mantém o sistema tradicional e o padrão de conduta de eleger candidatos homens. Bolognesi (2012) argumenta que a participação das mulheres, apesar de ser garantida pela lei, não é efetiva porque não são promovidos mecanismos que fiscalizem o preenchimento da cota de mulheres nos partidos políticos e penalize aqueles que não cumprirem.

Outro problema, segundo o autor, é o sucessivo aumento na proporção de candidatos nas listas de partido que dilui a representação das mulheres.

Mesmo sendo aprovada com grande debate sobre a inclusão de minorias no Brasil, a Lei de cotas de 1995 (Lei n. 9 100/1995) estabelecia um percentual de 20% reservado para mulheres nas listas partidárias. Porém, ao mesmo tempo, os partidos puderam aumentar de 100 para 120% a proporção de candidatos em relação ao distrito. A lei de 1995 foi revista e debatida novamente para as eleições de 1998. Avaliado o impacto nas eleições municipais de 1994, os legisladores aumentaram a cota de participação de 20 para 30% e, ao mesmo

tempo, elevaram a possibilidade de apresentação de 150% de candidaturas em relação ao distrito para os cargos proporcionais (Lei n. 9 540/1997). (Bolognesi, 2012, p. 118)

As posições sociais também influenciam a falta de representação nos espaços de poder. O fato das mulheres sempre terem ocupado espaços em ambientes privados impede que elas se sintam capazes de disputar espaços públicos.

O fato de a mulher ocupar uma posição social de exclusão, a sobrecarga em atividades domésticas, o baixo prestígio no ambiente de trabalho e o domínio dos homens como seres políticos relega às mulheres uma percepção de auto-exclusão, onde elas não se sentem devidamente aptas a exercer cargos políticos. (Bolognesi, 2012, p.124)

Atualmente, as brasileiras ocupam apenas cerca de 9,9 % do parlamento. Apesar de serem a parcela majoritária da população — cerca de 51,4% segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio²⁷, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 — a lei de cotas ainda não conseguiu assegurar pelo menos metade dos cargos para elas.

Segundo a edição de 2016 do livro +Mulheres na política: Mulher, tome partido!²⁸, no Distrito Federal, as eleições de 2014 elegeram seis mulheres para ocupar os 34 cargos eletivos. Apenas 17,6% dos postos. Nenhuma no Senado Federal; uma na Câmara dos Deputados; e cinco na bancada distrital.

Cabe aqui ressaltar que, no cargo executivo, a política Dilma Rousseff foi a primeira mulher a governar o Brasil. Dilma foi eleita duas vezes presidente da República. Segundo Lopes (2015), "durante a campanha eleitoral, a condição de gênero foi vastamente mobilizada como recurso discursivo para construir o diferencial que representava a candidata" (Lopes, 2015, p.1).

Para a autora, Dilma buscava, por meio de seus discursos, construir representações de mulher comum, de luta, coragem e mãe.

A primeira atitude mais significativa nessa afirmação da condição de gênero foi a decisão pelo uso do termo presidenta. A opção pela designação "presidenta",

²⁷ Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao ano de 2013. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>. Acesso em 07 de maio de 2018.

²⁸ Dados divulgados pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, referentes ao ano de 2014. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496489/livreto-mais-mulher-na-politica.pdf?sequence=1>. Acesso em 07 de maio de 2018.

usado ainda no período eleitoral, buscava reforçar a ideia de que caso eleita, Dilma Rousseff realizaria um feito inédito na história política do país: se tornaria a primeira mulher na Presidência da República. (Lopes, 2015, p.2)

A eleição de Dilma Rousseff foi muito representativa para as mulheres. A ex-presidente empoderou milhares de cidadãs e as fez acreditar que era possível alcançar o mais alto cargo de poder no Brasil. Entretanto, em seu segundo mandato, a presidente sofreu um processo de impeachment e, em maio de 2016, foi afastada do cargo.

Uma pesquisa divulgada em março deste ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁹, sobre presença feminina em parlamentos apontou que o Brasil ocupa a 152ª posição em relação ao percentual de parlamentares homens e mulheres na Câmara dos Deputados. O ranking da pesquisa conta com 190 países.

O dado revela que o Brasil está entre os países com a pior proporção entre homens e mulheres de representação política em cargos legislativos. A posição é a pior entre os países da América Latina. No topo da lista está Ruanda. Em dezembro de 2017, as mulheres representavam 61,3% do parlamento do país. Em seguida estão: Bolívia, Cuba, Nicarágua, Suécia e México, África do Sul, Finlândia, Senegal e Noruega.

No próximo capítulo, discutiremos as diferenças de representações entre homens e mulheres na cobertura do portal G1 durante o período de pré-campanha eleitoral. Para isso, vamos apresentar a metodologia escolhida para a realização da pesquisa: a análise de conteúdo.

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-ranking-de-190-paises-sobre-presenca-feminina-em-parlamentos-brasil-ocupa-a-152-posicao.ghtml>. Acesso em 07 de junho de 2018.

3. RERESSENTAÇÃO DAS MULHERES NO PORTAL G1

3.1 Análise de conteúdo

Existem vários métodos possíveis de pesquisa de textos jornalísticos. O presente trabalho é embasado na análise de conteúdo. A metodologia busca investigar os sentidos, muitas vezes ocultos, nas mensagens. Para Bardin (2009), “por detrás do discurso aparente geral simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (p. 14). Segundo a autora, a análise de conteúdo tem duas funções que na prática podem coexistir de maneira complementar:

Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo <<para ver o que dá>>. E, uma função de <<administração de provas>>. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo <<para servir de prova>>. (Bardin, 2009, p. 30)

Nesse raciocínio entende-se que as palavras escolhidas refletem múltiplas possibilidades de leitura aos textos. O discurso que a mídia emprega nos veículos de comunicação pode ser compreendido por mais de uma interpretação, às vezes não tão óbvia.

Para analisar essas significações utilizam-se “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2009, p. 40). A descrição trata-se da enumeração de características do texto. Por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, o pesquisador é capaz de inferir as peculiaridades do conteúdo. A autora esclarece a diferença entre os dois indicadores.

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (Bardin, 2009, p. 21)

Da mesma forma como enuncia o método da análise de conteúdo, o objetivo dessa pesquisa é compreender as informações ocultas das notícias sobre pré-campanha eleitoral que envolvem as mulheres políticas. Para trabalhar com a análise de conteúdo, Bardin (2009) apresenta uma organização segmentada em 3 etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

3.2 Pré-análise

O recorte temporal da pré-análise considerou o período entre os dias 1º de janeiro de 2018, começo do ano de disputa eleitoral, a 30 de abril de 2018, último dia do mês que o prazo da janela partidária terminou. A janela partidária foi proposta na Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015³⁰) no inciso III do artigo 22-A da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995³¹). O dispositivo indica um período legal de 30 dias, seis meses antes do pleito, para os candidatos, deputados federais e estaduais, terem a possibilidade de trocar de partido político sem o risco de perder o mandato por infidelidade partidária.

³⁰ Lei nº 13.165/2015 acessível no site da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em 07 de maio de 2018.

³¹ Lei nº 9.096/1995 acessível no site da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9096.htm. Acesso em 07 de maio de 2018.

Por intermédio do site de busca Google realizou-se uma pesquisa avançada por página no domínio g1.globo.com que mencionaram a palavra “janela partidária” e foram publicadas nesse escopo de tempo de 120 dias mencionado anteriormente. Foram obtidos 77 resultados no buscador, uma média de 0,6 matéria por dia no decorrer desses quatro meses.

Cabe ressaltar que deste número, 52 matérias, cerca de 67%, foram veiculadas no mês de abril, 22 matérias, cerca de 28%, foram veiculadas no mês de março, apenas duas matérias foram veiculadas em fevereiro, cerca de 2,6%, e uma foi veiculada em janeiro, cerca de 1,2%. Em outras palavras, mais da metade das notícias estão concentradas no último mês da janela partidária, sobretudo, apresentando a repercussão das mudanças nos partidos.

Durante o levantamento do conteúdo, dos 77 resultados, 20 foram descartadas por apenas citarem o termo “janela partidária” e não abordarem o assunto de fato, sete foram excluídas por elencarem apenas uma agenda superficial com os principais assuntos do dia e 27 foram eliminadas por serem compostas apenas de recortes de vídeos televisionados na GloboNews. Restou 23 matérias com conteúdo para análise.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto **Locomotiva/Ideia Big Data**³², e publicada no **portal G1**, 96% dos brasileiros não se sentem representados pelos políticos em exercício no país. Por que a população não se sente representada pelos políticos? A falta de diversidade no Congresso contribui para esse desencanto do eleitorado com a classe política vigente?

O Instituto ainda indica que 88% dos entrevistados acham que deveria haver mais espaço para cidadãos comuns candidatarem-se. Quem seriam esses cidadãos comuns que a população almeja? A identidade de quem está governando tem efeito sobre o tipo de política pública que é implementada?

Outro dado relevante do estudo é que 89% dos brasileiros acreditam que os políticos não pensam na população para tomar decisões. Se as mulheres são sub representadas, quem toma decisões que as beneficiem? Afinal, qual é a influência da mídia na formação da escolha dos governantes?

A partir dessas sentenças interrogativas, surge a hipótese de que a representação dos candidatos na mídia pode influenciar a escolha dos políticos por parte dos eleitores. E, a sub representação das mulheres na mídia ou a representação negativa pode ocasionar em sub representação de mulheres na política.

³² Dados divulgados pelo Instituto Locomotiva/Ideia Big Data, referentes ao ano de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasileiros-nao-se-sentem-representados-por-politicos-em-exercicio-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 07 de maio de 2018.

Ou seja, a mídia, possivelmente, não publica matérias que não sejam as que destacam o político tradicional, homem, branco, hétero que está no poder há gerações e, portanto, os eleitores não têm muito conhecimento de outras opções de candidatos para votar. Ou quando publica, utiliza uma linguagem patriarcal que atrela características negativas, o que prejudica novamente a renovação política. Assim, a mídia estaria ressignificando estereótipos criticados pelas feministas como os que sugerem que as mulheres não têm capacidade de exercer atos políticos.

De acordo com Vaz (2008), na nossa sociedade, o homem é visto como sujeito e as mulheres são excluídas de ambientes públicos. A autora afirma que a inserção da mulher na política não foi conquistada pela conscientização dos homens, mas sim pela pressão que as feministas exercem diariamente pelos seus direitos.

Ao analisar a política na sociedade observamos a ausência de mulheres nos espaços de decisões políticas, reforçando a idéia preconceituosa e machista de que elas não nasceram para o exercício do poder. (Vaz, 2008, p. 16)

Para a autora, uma das finalidades dos estudos de gênero é compreender como as relações de gênero são construídas e vividas no mundo social e em espaços de poder. O objetivo da presente monografia é comprovar ou não que persiste a ideia de que a política é um espaço inerente ao público masculino nos meios de comunicação, sobretudo no objeto de estudo o portal G1.

3.3 Exploração do material

3.3.1 Sub-representação das mulheres na política: hipótese 1

Esta parte consiste na realização da análise. Para testar a hipótese de que as notícias sub representam as mulheres utilizou-se o pressuposto de análise categorial proposto por Bardin (2009). De acordo com a autora, a técnica consiste em classificar os elementos encontrados no texto.

Esta pretende tomar em consideração a totalidade de um «texto», passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a

aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. (Bardin, 2009, p. 36)

Realizou-se uma observação e identificou-se quais eram os atores presentes nos textos. Além disso, adotou-se outros critérios: presença ou ausência de fontes, tabelas, quadros comparativos e outros recursos gráficos utilizados pela linguagem jornalística com o intuito de facilitar a interpretação das informações. De acordo com Neiva (2004), a disposição da apresentação gráfica é um elemento tão importante quanto o conteúdo.

A infografia é uma forma de reforçar o conteúdo da notícia ou explicá-lo melhor, valendo-se de imagens e gráficos para falar de um determinado aspecto do fato noticiado. A imagem grava-se na mente do leitor com mais facilidade que o texto, além de conter em si a capacidade de explicar aquilo que muitas vezes extrapolaria a capacidade do texto. (Neiva, 2004, p. 2)

Quantificou-se a presença de políticas mulheres e de políticos homens e confrontou-se os resultados para, posteriormente, realizar uma comparação de representatividade.

A partir dessa análise, foi observado que das 23 matérias, 20 mencionaram e deram destaque a um político homem, pelo menos, uma vez, enquanto apenas cinco fizeram o mesmo procedimento com políticas mulheres; seis matérias utilizaram homens como fonte, ao passo que apenas uma utilizou mulheres como fonte da notícia.

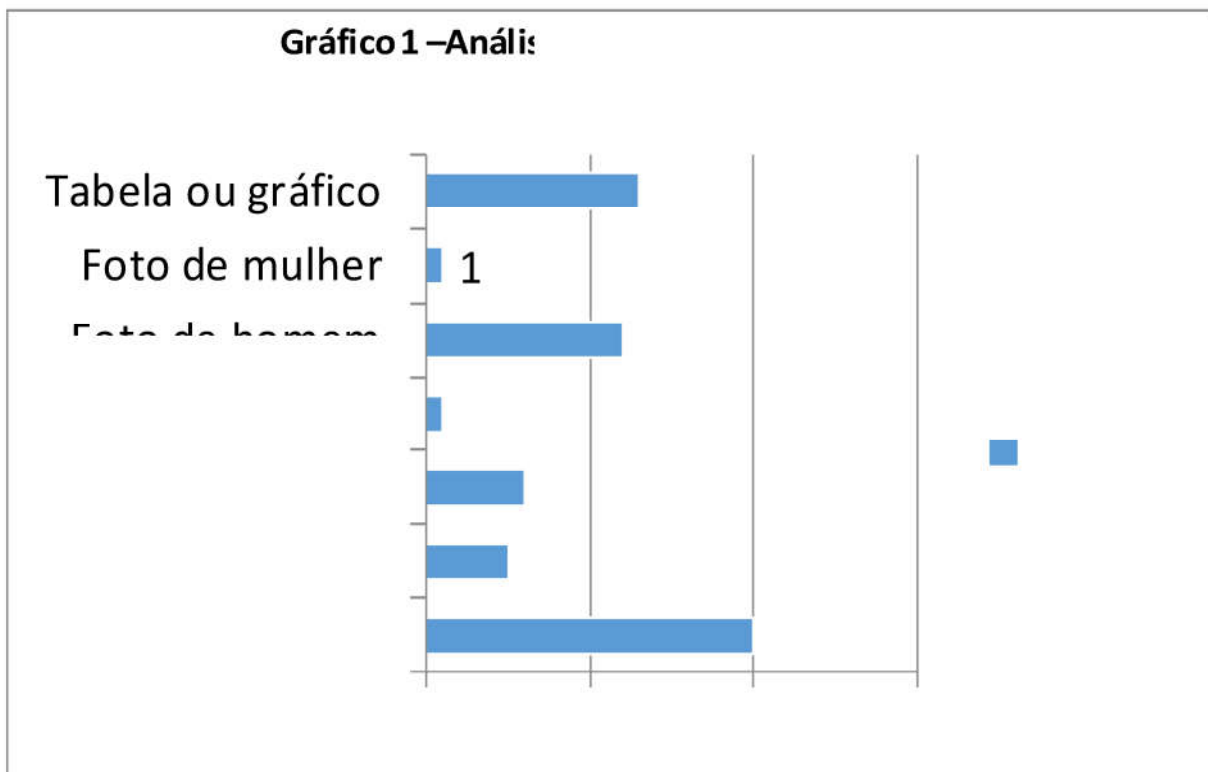
Apenas 21% das matérias analisadas representaram políticas mulheres. Enquanto, 86% representaram políticos homens. Esses valores revelam uma discrepância entre a representação dos dois sexos e uma sub-representação das mulheres.

Biroli (2010) acredita que a sub-representação das mulheres na política acarreta, ao mesmo tempo, em dois problemas.

Um deles, mais amplo, é relativo ao funcionamento das democracias liberais, nas quais a igualdade formal convive com formas sistemáticas de exclusão de alguns grupos sociais. O outro remete, de maneira mais específica, à manutenção das mulheres em posições subalternas em sociedades nas quais o direito à participação política foi universalizado e não existem restrições

formais a sua inclusão nas mais diversas esferas, entre elas a política. (Biroli, 2010, p. 271).

Por fim, 12 apresentaram uma tabela ou lista apontando as mudanças de partido de cada político na janela partidária; uma apresentou gráfico para ilustrar quais são as maiores bancadas após o período da janela partidária e apenas quatro utilizaram o recurso da fotografia, Sendo que 12 mostraram a imagem fotográfica de um homem e apenas uma trouxe a foto de uma mulher.



Fonte: Autoria própria

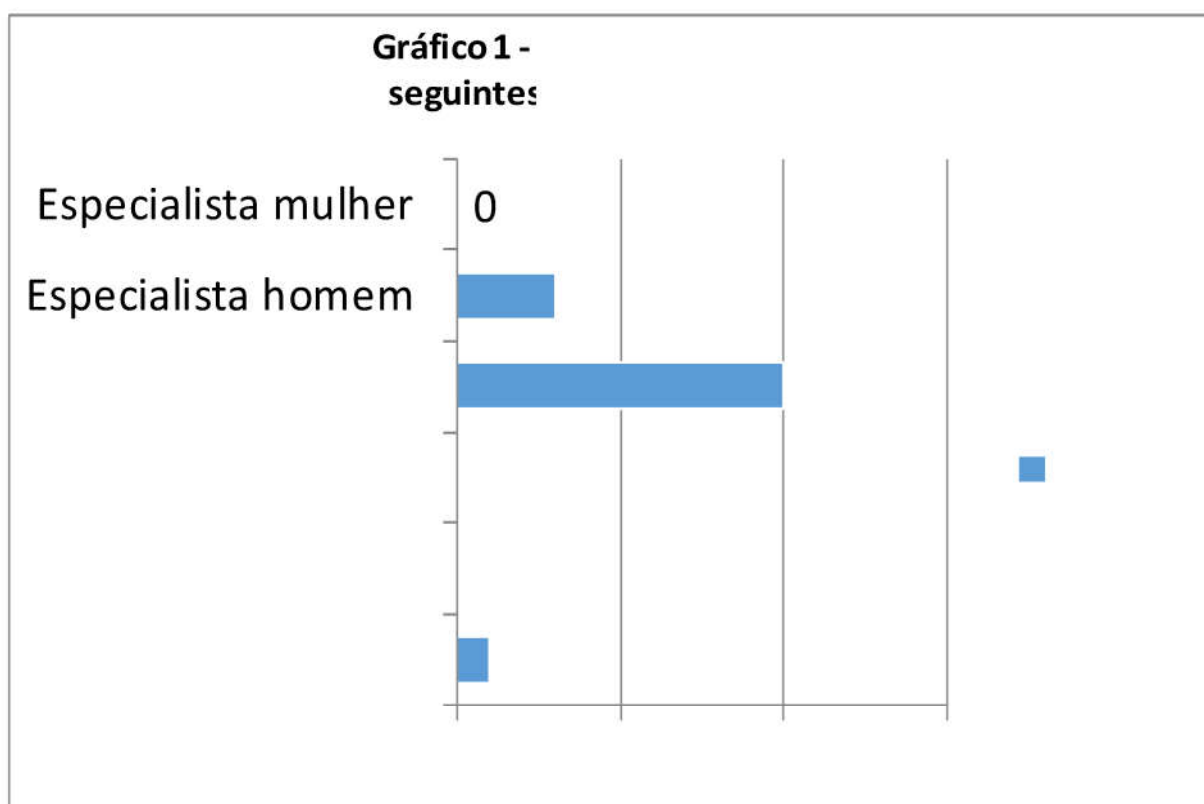
Notas: * 23 matérias foram analisadas dentro de um universo de 77 publicações

3.3.2 Fontes utilizadas: hipótese 2

Após essa análise, determinou-se categorias para cada uma das fontes. A finalidade foi entender os tipos de fontes mais utilizados pelos jornalistas.

O resultado encontrado foi: apenas uma política mulher, a senadora Rose de Freitas (ES/PODE), foi utilizada como fonte; 10 políticos homens foram ouvidos, todos eles deputados; nenhuma mulher especialista foi ouvida, ao passo que 3 especialistas do sexo masculino falaram sobre o assunto.

Cabe ressaltar que o gráfico anterior analisou apenas a presença ou ausência de fontes. Neste momento, estamos realizando uma análise acerca do número de fontes, por isso pode haver mais de uma fonte em cada matéria.



Fonte: Autoria própria

Notas: *Uma mesma matéria pode utilizar mais de uma fonte

** 23 matérias foram analisadas dentro de um universo de 77 publicações

De acordo com Lage (2001), a presença de fontes de informação é um dos critérios que oferece, aos textos jornalísticos, credibilidade.

Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de fontes. É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas. (Lage, 2001, p. 49)

Para o autor, o espaço de fala de fontes de informação é importante para legitimar a veracidade do acontecimento narrado. Com base nos dados acima, verificou-se que as mulheres poucas vezes são ouvidas. Isto foi observado porque nenhuma deputada foi ouvida enquanto dez deputados foram ouvidos. A presença de senadores homens não foi encontrada, ao passo que a presença de uma senadora mulher foi observada. Como veremos mais adiante na análise do conteúdo do texto, o espaço de fala da senadora foi atribuído de forma negativa.

Outra observação é a presença de três especialistas homens para discutir as mudanças de partido observadas. Em 9 de março de 2018, o **portal G1** consultou dois especialistas homens para explicar aos leitores como deputados e senadores se comportam na política da janela partidária. Enquanto não há nenhuma especialista mulher.

Na opinião do advogado Marlon Reis, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, a maior parte dos parlamentares vai esperar até o limite do prazo. Enquanto isso, seguem negociando e fazendo cálculos. "É um jogo de estratégia. Por isso, muitos acabam esperando até o último momento", disse. (G1, 2018)

(...) Diante deste cenário, partidos e políticos trabalham para "ganhar", afirma o advogado e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Henrique Neves. Para ele, enquanto deputados disputam boas condições de campanha, partidos buscam benefícios gerados pela ampliação de suas bancadas. "É importante para o deputado encontrar um partido alinhado ideologicamente e que tenha tempo de televisão e recursos de campanha disponíveis" afirmou. O ex-ministro explicou que o desempenho eleitoral do partido na Câmara dos Deputados é

determinante para, entre outros pontos, a definição de quanto cada sigla vai receber do fundo partidário. "Para o partido, é importante que tenha uma pessoa alinhada ideologicamente e que possa ter maior número de votos, porque isso tem reflexo no acesso aos horários de rádio e televisão, além do acesso a recursos do fundo partidário", disse.

Questiona-se aqui: como as fontes de informação são selecionadas? As mulheres são vistas como profissionais capazes de falar sobre política? Schmitz (2014) retoma Gans (1980) para afirmar que “os jornalistas recorrem às fontes conforme as suas necessidades de produção e a posição delas na sociedade, considerando a proximidade social e geográfica” (Schmitz, 2014, p. 3).

Para Schmitz (2014), os profissionais do jornalismo escolhem as fontes a partir do ângulo que pretendem dar para a matéria. O autor afirma que isso acontece porque os jornalistas sabem que as fontes informam o que para elas é adequado sobre a perspectiva que lhes convém.

De acordo com Biroli (2010), “a naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como negócio de homens” (Biroli, 2010, p.274).

Pode-se concluir que uma vez que o jornalista está imerso em valores patriarcais, a tendência é que ele procure fontes de informação com ideologias similares.

Jorge (2018) reforça que os jornalistas são muito tendenciosos na escolha das fontes.

Os profissionais experientes sabem como obter as respostas que desejam, atuando com jeito e paciência, às vezes com candura, com muita tenacidade. Fazer as perguntas certas na hora adequada é uma ciência que se aprende por meio da prática e da observação. (Jorge, 2018, p. 99)

Segundo Salgado (2015), os resquícios da exclusão histórica do patriarcado ainda impedem que as mulheres tenham espaço de fala em reportagens na cobertura política. De acordo com a autora, a dicotomia entre vida pública e vida privada foi fortemente marcada até meados do século XX e as mulheres foram excluídas da esfera pública.

No Brasil, isto se deveu à reprodução de uma sociedade patriarcal, na qual o homem era considerado o sujeito capaz e habilitado a atuar publicamente, enquanto a mulher ficava restrita ao lar e à educação dos filhos. A constatação

de que essa situação ainda se reproduz de maneira parcial na atualidade e de que – devido a terem sido historicamente excluídas tanto legalmente quanto socialmente da vida pública – as mulheres se encontram sub-representadas no espaço político. (Salgado, 2015, p. 157)

Ademais, faço outra observação: a única mulher que foi mencionada, que recebeu espaço de fotografia e foi ouvida como fonte teve o seu cargo atribuído de forma equívoca na matéria. A senadora Rose de Freitas (ES/PODE) na legenda de sua foto recebeu o cargo de deputada ao invés de senadora.



Deputada Rose de Freitas, na Câmara. (Foto: Leonardo Prado/Ag. Câmara)

O que esse equívoco indica? Seria desleixo por parte do jornalista? Será que a falta de menção à senadora no **portal G1** pode ter confundido o jornalista que não tem o hábito de escrever sobre ela? Um profissional de jornalismo especializado que realiza

cobertura apenas de política não conhece os políticos em exercício? Mesmo se não conhecer todos, não realiza checagem de informações?

Errar faz parte do processo de produção jornalística, mas cabe ressaltar que matérias disponibilizadas no **portal G1** podem ser editadas. A possibilidade de atualização do conteúdo é uma característica específica do jornalismo online. Ou seja, nem o jornalista que escreveu e nem outro profissional da redação foi capaz de identificar e corrigir o equívoco. Por fim, não se pode desconsiderar que nenhum outro erro de cargo foi verificado.

3.3.3 Contexto em que as políticas mulheres são alocadas: hipótese 3

Buscou-se a menção nas notícias às palavras “política”, “senadora” e “deputada”. Esses termos foram escolhidos para que se compreenda em qual lugar de ação as mulheres são alocadas em espaços de poder. Isto é, como, em que posição do texto, as mulheres políticas foram noticiadas. A partir disso, criou-se três categorias para classificar em qual situação as palavras “política”, “senadora” e “deputada” foram incluídas no texto. As categorias foram:

- a) Valorização das mulheres: o trabalho das mulheres é atribuído positivamente;
- b) Desvalorização das mulheres: o trabalho das mulheres é atribuído negativamente;
- c) Informação: não houve diferenciação embasada em sexo. As políticas e suas variações do termo apareceram como números, em contabilizações de pessoas que mudaram de partido durante a janela partidária.

As matérias poderiam conter mais de uma categoria, todavia não aconteceu. Verificou-se que a categoria “valorização das mulheres” não foi empregada em nenhuma das cinco vezes em que as mulheres políticas foram mencionadas nos 23 textos; que a categoria “informação” apareceu em três e, por último, que a “desvalorização das mulheres” apareceu em duas.

Esses números já demonstram que as notícias construídas sobre a janela partidária abordaram pouco as candidatas mulheres e, nas poucas vezes que trataram delas, atribuíram-lhes uma imagem negativa. O primeiro exemplo de “informação” ocorreu na matéria do dia 6 de abril:

Já na Câmara dos Deputados, nenhum dos oito parlamentares eleitos pelo Distrito Federal anunciaram mudança de partido até a tarde desta sexta-feira.

Desta forma, Alberto Fraga, Augusto Carvalho, Erika Kokay, Izalci, Laerte Bessa, Ronaldo Fonseca e Rôney Nemer permanecem em suas respectivas legendas. (G1, 2018)

O segundo exemplo de “informação” ocorreu na matéria do dia 9 de abril:

Deixaram o PSD os deputados estaduais Dr. Pessoa, agora no SD, e Edson Ferreira que foi para o PSDB. No PTB o deputado estadual Hélio Isaias foi para o Progressistas e a deputada estadual Liziê Coelho para o MDB. (G1, 2018)

O terceiro exemplo de “informação” ocorreu na matéria do dia 10 de abril.

Além dos quatro deputados estaduais que deixaram a sigla, a senadora Rose de Freitas também migrou. (G1, 2018)

Na categoria “informação”, as mulheres foram meramente citadas. Para Biroli (2010), a “mera presença de vozes femininas no noticiário não garante deslocamentos em relação a práticas políticas e a discursos convencionais sobre a política e sobre as relações de gênero” (Biroli, 2010, p. 279).

Observou-se que nos três casos o veículo de comunicação informou as trocas de partido exercidas pelas políticas. Não há a presença de justificativas ou a utilização das mesmas como fonte de notícia.

A partir da amostra obtida, analisou-se que o discurso midiático da cobertura política partidária se preocupa mais em oferecer informações formais e oficiais aos leitores do que em apresentar notícias.

Como já dito anteriormente, o jornalista precisa ter discernimento para questionar informações que realmente importam para o público. Segundo Jorge (2008), o “jornalista lida com fatos e deve ter habilidade para classificar acontecimentos pelo nível de interesse ou impacto que causam no leitor, descartando os que concentram pouco ou nenhum valor jornalístico” (Jorge, 2008, p. 27).

Grande parte do conteúdo das matérias publicadas pelo portal G1 se resume a descrições de deputados que trocaram de partido que funcionam como uma espécie de serviço para a população. Não há uma preocupação em entender as razões das mudanças ou conversar com os políticos para inserir os leitores no contexto da janela partidária.

Conforme foi dito anteriormente, o jornalismo político é um instrumento essencial na democracia. Sobretudo no período de pré-campanha eleitoral, momento importante

e decisivo para o conhecimento dos políticos que almejam ser candidatados, o **portal G1** deveria exercer o papel de interface entre os acontecimentos e os leitores.

Na análise também verificou-se que não houve nenhuma matéria alocada na categoria “valorização das mulheres”. Questiona-se aqui se a ausência de mulheres políticas nessa categoria revela uma ideologia patriarcal do portal G1?

Orlandi (1992) analisa os sentidos do silêncio. Para a autora, os silêncios são múltiplos e eles influenciam a formação do sujeito e do sentido.

Há, pois, uma declinação política de significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer "uma coisa, para não deixar de dizer "outras". Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é a sua dimensão política. (Orlandi, 1992, p.53)

De acordo com Orlandi (1992), há silêncio nas palavras. A autora defende que “as palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (Orlandi, 1992, p.14). Segundo ela, ao escrever algo ocultamos outros sentidos possíveis.

O silenciamento de aspectos que valorizam as mulheres, como a concessão de espaços de fala e o reconhecimento delas como uma liderança política competente, pode indicar ao leitor que apenas os homens devem ser designados para cargos políticos.

Biroli (2010) trabalha com a hipótese de que há regras e padrões que direcionam o conteúdo das mídias. Para a autora, essa dinâmica no processo de produção se deve aos interesses e perspectivas sociais dos jornalistas.

Nesse contexto – de produção de silêncios e de uma visibilidade que toma forma a partir de filtros comuns –, as representações sobre a feminilidade presentes na mídia podem reforçar uma série de estereótipos ligados aos papéis de gênero. (Biroli, 2010, p.278)

O primeiro exemplo de “desvalorização das mulheres” ocorreu na matéria do dia 6 de abril. A matéria traz a notícia de que o governador Paulo Hartung ainda está indeciso quanto a reeleição e mostra a intenção da senadora Rose Freitas (ES/PODE) de se candidatar ao cargo exercido por Hartung nas próximas eleições.

A senadora Rose de Freitas, por sua vez, manifestou à imprensa convicção na disputa pela candidatura ao governo estadual nesta sexta-feira (6). ‘Estou vigorosa na determinação de ir à convenção’, disse. Ambos os políticos são filiados ao MDB, antigo PMDB, partido presidido no estado pelo deputado federal Lelo Coimbra. Por telefone, Lelo afirma que tudo será decidido em convenção partidária, prevista para acontecer entre os dias 24 de julho e 5 de agosto, e alfineta: “A senadora se manifesta mais na imprensa do que entre os companheiros de partido”, diz Lelo. O presidente do partido demonstra que a preferência do MDB é por Hartung. ‘O conjunto do partido, em sua maioria,

entende que a gestão do estado, com responsabilidade fiscal, encontra no governador Paulo Hartung uma referência. Embora não haja candidatura nata, é natural que alguém bem avaliado no seu partido tenha prevalência para uma eventual reeleição se houver seu desejo', afirmou. (G1, 2018)

Pode-se observar que a senadora Rose de Freitas (ES/PODE) é criticada e desqualificada pelo presidente do partido Lelo Coimbra. Coimbra afirma que o partido prefere que outro político mais qualificado para cargo e homem seja candidato. E, ainda faz uma crítica a deputada por falar coisas pra imprensa que não foram acertadas pelo partido.

Observou-se que a senadora Rose de Freitas (ES/PODE) teve a sua imagem denegrida pelo colega de partido. Coimbra sugere que a senadora fala por si mesma, quando diz estar determinada a ir à Convenção Partidária³³. Ele desautoriza a senadora a concorrer ao cargo de governadora pelo partido. A imposição de uma ordem masculina sobre uma mulher é algo muito comum na sociedade patriarcal.

Conforme dito anteriormente, heranças da sociedade patriarcal ainda inferiorizam as mulheres em relação aos homens. Para Salgado (2015), as mulheres são constantemente depreciadas.

As mulheres foram historicamente oprimidas e deixadas à margem das decisões políticas, tidas como inferior aos homens; incapazes, seja através de justificativas religiosas ou pretensamente científicas, de decidir politicamente sobre o próprio futuro. A todo o momento, as opressões que o sistema patriarcal impõe sobre as mulheres tentam fazer com que a construção social da estigmatização da mulher como inferior ao homem seja tomada como natural ou normal. (Salgado, 2015, p. 165)

Embora existam políticas afirmativas que promovam a participação das mulheres na política, o trabalho desempenhado por elas ainda é inferiorizado por políticos homens. Cabe aqui ressaltar que de todas as 27 matérias analisadas nenhuma outra mencionou críticas de um político para outro.

O segundo exemplo de “desvalorização das mulheres” ocorreu na matéria do dia 10 de abril:

³³ Convenções partidárias são reuniões de filiados a um partido político para julgamento de assuntos de interesse do grupo ou para escolha de candidatos e formação de coligações (união de dois ou mais partidos a fim de disputarem eleições). Conforme estabelece a Lei nº 13.165/2015, Lei da Reforma Política, as convenções devem ocorrer no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/processo-eleitoral-brasileiro/candidaturas/convencoes-partidarias>>

Quem também mudou de partido foi o vice-governador do estado, Fábio Dantas, que deixou o PCdoB para se filiar ao PSB. Neste ano, ele rompeu politicamente com o governador Robinson Faria e já confirmou pré-candidatura ao governo. A deputada estadual Cristiane Dantas, esposa do vice-governador Fábio Dantas, saiu do PCdoB junto com ele, mas não seguiu com o marido para o PSB, preferindo o PPL. (G1, 2018)

No segundo exemplo, a deputada estadual Cristiane Dantas (RN/PPL) está atrelada a uma série de adjetivos que diminuem a sua identidade. Questiona-se aqui a relevância de registrar que a deputada tem um marido e a necessidade dela estar atrelada a essa figura masculina. Nessa frase, o portal G1 não reconhece a deputada estadual Cristiane Dantas (RN/PPL) por quem ela é. A deputada é reconhecida por ser esposa de alguém. Ela não existe para si, mas, sim, para o marido.

O discurso jornalístico empregado pelo portal G1 hiper valoriza o estado civil da deputada. Algo muito comum na sociedade patriarcal, visto que as mulheres são compreendidas como o complemento dos homens.

Boris (2007) relembra que, na sociedade patriarcal, as mulheres eram dedicadas apenas ao lar e aos seus maridos.

O homem tinha o dever de trabalhar para dar sustento à sua família, enquanto a mulher tinha diversas funções: de reprodutora, de dona-de-casa, de administradora das tarefas dos escravos, de educadora dos filhos do casal e de prestadora de serviços sexuais ao seu marido. (Boris, 2007, p.457)

Boris (2007) retoma D'Ávila Neto (1980), para mostrar que as mulheres eram submetidas aos interesses do patriarca e à espaços privados. “A mulher do senhor se limitava à sua vida familiar, à procriação dos filhos e aos contatos com os escravos e amas, aos parentes e, por vezes, aos padres”. (Boris, 2007, p.456)

De acordo com Vaz (2008), até hoje as mulheres têm dificuldade de serem reconhecidas em espaços públicos.

A mulher continua vivendo entre o público e o privado, que são vistos como mundos separados, como se um não dependesse do outro. Isso reforça a idéia de que o sexo determina espaços, atribuições e responsabilidades femininas e masculinas. (Vaz, 2008, p.58).

Biroli (2009) discute as formas assumidas pela presença das mulheres nos veículos de comunicação.

A mídia pode ser pensada como esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas, valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias e legitimam as formas assumidas pelas relações de gênero. (Biroli, 2009, p. 272)

Segundo a autora, as representações de feminilidade e de masculinidade e dos espaços públicos e privados conferem diferentes sentidos à presença de homens e mulheres na política. No discurso jornalísticos do portal G1, foi observado que tanto a presença da senadora Rose de Freitas (ES/PODE) quanto a presença da deputada estadual Cristiane Dantas (RN/PPL) foi acompanhada por estereótipos e ideologias patriarcais que podem ter atribuído aos leitores compreensões negativas sobre a participação política feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou avaliar as diferenças de representações entre homens e mulheres na cobertura do portal G1 durante o período de pré-campanha eleitoral. Observou-se, por meio de indicadores, a representatividade das mulheres na mídia. Ou seja, a presença da mulher em relação ao homem no veículo analisado, quais fontes de informação foram ouvidas e quais aspectos foram atribuídos às mulheres políticas.

O objetivo da análise foi responder aos seguintes problemas de pesquisa: há diferença de representação entre homens e mulheres na cobertura do portal G1 durante o período de pré-campanha eleitoral? De que maneira as mulheres políticas são representadas?

Por meio da revisão teórica, no capítulo **A mídia**, vimos que os critérios de noticiabilidade que distinguem os acontecimentos das notícias. Compreendemos que no processo de produção jornalística, uma vez que um fato possui valor notícia, os profissionais realizam recortes da realidade e reproduzem para a sociedade partes desse acontecimento. A partir disso, entendemos que, muitas vezes, o enfoque específico, a escolha das fontes de informação que serão ouvidas ou mesmo as palavras empregadas podem transparecer os valores socioculturais dos profissionais.

Além disso, compreendemos algumas características do jornalismo especializado e as particularidades da cobertura política. No jornalismo especializado, diferente do jornalismo geral, o conteúdo concentra-se na cobertura qualificada de algumas notícias por temáticas. Na editoria de política, os veículos de comunicação

noticiam acontecimentos relacionados com a política e todas as esferas do poder. Como exemplo, podemos citar a cobertura de políticas públicas, de eventos, tais como as eleições, votações, etc.

No capítulo seguinte, **As mulheres e a política de cotas de gênero**, realizamos uma pesquisa acerca das lutas e conquistas das mulheres na busca por seus direitos civis, políticos e sociais. Discutimos as demandas e transformações na sociedade durante a primeira, segunda e terceira onda do feminismo e observamos que, apesar da intensa luta feminista, a sociedade ainda está imersa em valores patriarcais. Também promovemos uma reflexão sobre o conceito de identidade e as influências das representações, sobretudo midiáticas, na construção de valores e sujeitos nas sociedade.

Através deste capítulo, registramos a importância das políticas públicas para amenizar os conflitos sociais. Compreendemos que as ações afirmativas são uma maneira de assegurar direitos à população. Bem como, analisamos o papel dos meios de comunicação no processo de construção e fiscalização das políticas públicas. Através da publicação ou omissão de determinados temas, a mídia pode pressionar líderes e interferir na agenda pública.

Discutiu-se nesse mesmo capítulo a trajetória e a conquista da lei das cotas. A ação afirmativa buscou aumentar a participação das mulheres na política, a fim de diminuir as disparidades de representação entre os sexos no poder público no Brasil. Para isso, a medida estipulou uma cota mínima de 30% e o máximo de 70% para candidaturas para cada sexo.

Observamos que a implementação de políticas públicas para reduzir a disparidade entre os dois sexos não foi uma ação apenas dos brasileiros. Antes mesmo do Brasil implementar ações afirmativas, outros países, como Noruega e Finlândia, já haviam promovido leis com o objetivo de reduzir as desigualdades entre os sexos. Apesar das cotas, a representatividade das mulheres brasileiras na política continua muito baixa, inclusive, se comparada a países da América Latina.

Finalmente, no terceiro capítulo, intitulado **Representação das mulheres no portal G1**, por meio da análise das 23 matérias, foi possível compreender que as mulheres são sub-representadas. Apenas 21% mencionaram uma política mulher pelo menos uma vez, enquanto 86% mencionaram homens.

A representatividade das mulheres políticas na mídia também é pequena em relação à utilização de fontes de informação. Cerca de 30% das matérias utilizaram políticos ou especialistas como fonte, aproximadamente 26% utilizou homens e quatro

por cento utilizou mulheres. Por fim, apenas quatro matérias utilizaram o recurso da fotografia, Sendo que 12 mostraram a imagem fotográfica de um homem e apenas uma trouxe a foto de uma mulher.

Quanto ao conteúdo dos textos das matérias, nenhuma das matérias foi alocada na categoria “valorização das mulheres”. Isto quer dizer, que de 23 matérias, nenhuma valorizou o trabalho das mulheres. Na categoria “informação”, três mulheres foram mencionadas apenas para noticiar as mudanças dos políticos de partidos.

Por fim, na categoria “desvalorização das mulheres”, dois casos foram registrados. No primeiro um homem, o presidente do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) Lelo Coimbra, desqualificou a senadora Rose de Freitas (ES/PODE) para a candidatura à governadora. Além de afirmar que a senadora não era a indicada ao cargo pelo partido, Coimbra ainda recomendou um homem para o cargo e criticou a fala da senadora na imprensa.

No segundo, a deputada estadual Cristiane Dantas (RN/PPL) foi noticiada como esposa de alguém. O estado civil foi hiper valorizado no discurso jornalístico empregado pelo portal G1. Cristiane não foi reconhecida pelo seu trabalho, mas sim como esposa. Característica muito comum na sociedade patriarcal, uma vez que as mulheres são compreendidas como o complemento dos homens.

A cobertura política do **portal G1** durante a janela partidária foi predominantemente informativo. A maior parte das matérias apenas enumeravam os políticos que trocaram de partido. Não houve, por exemplo, o aprofundamento dos motivos que levaram os políticos a trocar de partido. A escolha das fontes de informação transpareceu que os jornalistas estão inseridos em valores patriarcais.

A falta de representatividade de mulheres na cobertura evidenciou que o **portal G1** ainda não compreende o espaço político como um ambiente de ação também de mulheres. Isto acontece porque as mulheres não são reconhecidas pelo **G1** como pessoas que têm capacidade de exercer cargos de poder como governar o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, Emanuel. **Jornalismo e política: a construção do poder**. In. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.3. No1 – 1o semestre de 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2238/1937>. Acesso em 10 out. 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos**. Cadernos Pagu (34), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2010, pp.269-299.

BÔA VENTURA, Italo; TEIXEIRA, Roberto. **Surgimento do jornalismo online no contexto da Indústria Cultural Midiática**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Nova Edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOLOGNESI, Bruno (2012), **A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?**, Paraná Eleitoral, 1(2), 113-129. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-revista-2-artigo-1-bruno-bolognesi>.

BORIS, G.D.J.B.; CESÍDIO, M.de H. **Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade**. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v.VII, n. .,p.451-478, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. In: SANTOS, Marli dos (org.); BUENO, Wilson da Costa (org.). **Jornalismo especializado no Brasil: teoria, prática e ensino**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

CANELA, Guilherme (org). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

COOK, Timothy E. **O jornalismo político**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 6, p. 203-247, 2011.

DEARING, J. e ROGERS, M. **Agenda-setting**. London: Sage, 1996.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. **Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil**. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (Org.) Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa. Vol.4. no2, 2006, pp. 65-82. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

GLOBO.COM (Brasil). G1. **Anuncie na globo.com**. 2016. Disponível em: <<http://anuncie.globo.com/redeglobo/sites/noticias/g1/home.html>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. **Gênero: o que é isso?**. *Revista de psicologia, ciência e profissão*. Rio de Janeiro, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, Vera V. – **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOOKS, Bell. **Feminism Is for Everybody**. South End Press, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014 / IBGE**. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

JODELET, Denise. “Representações Sociais: um domínio em expansão” in **As Representações Sociais**. Org.: JODELET, Denise. Rio de Janeiro, Eduerj, 2001.

JORGE, Thais de Medonça. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.

JORGE, Thais de Mendonça. **Notícia e valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa**. Trabalho apresentado ao VIII Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores de Comunicação (Alaic), São Leopoldo, 2006.

LOPES, Soares Monalisa. **Presidenta da república, mulher e cidadã”: uma análise da identidade de gênero nos discursos de Dilma Rousseff (2011-2013)**. Disponível em: <http://revista.fametro.com.br/index.php/RDA/article/view/68/87>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Macedo Maria Liliâne. **E a mídia criou a mulher: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero**, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3409/1/Liliane%20MariaMacedo%20Machado.pdf>> . Acesso em: 8 de maio de 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. ed. Lua Nova No 55-56, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística**. In: CANELA, Guilherme (Org.). Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo: ANDI/Cortez, 2008, pp. 333-342.

NARVAZ, M. G., & KOLLER, S. H. **Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa**. ed. *Psicologia & Sociedade*, 18, 49-55, 2006

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cultura e representações, uma trajetória**. Anos 90, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.). Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp.: 21-42.

ROCHA, Eduardo. **Jornalismo Político**, 2012. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/carlospolicarpo/6-politicas-publicas-16048335>>. Acesso em: 8 de maio de 2018.

RUA, das Graças Maria. **Políticas Públicas**, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3409/1/Liliane%20MariaMacedo%20Machado.pdf>> . Acesso em: 8 de maio de 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC) [journal on line], Covilhã/Portugal, 2014. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 10 abril de 2016.

SILVA, Luiz Martins da. **Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições**. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

SILVA, Luiz Martins da. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: LAGO, Cláudia. Metodologia de pesquisa em jornalismo / Cláudia Lago, Márcia Benetti (orgs.) - Petrópolis: Vozes, 2010, pp. 84-102.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: Revista Brasileira de Educação, 2000, n.15, pp. 97-117.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: SWAIN, Tânia Navarro (org). **Feminismos: teorias e perspectivas**. Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, 2000, v. 8, n. 1/2, p.47-84.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Santa Catarina: Insular, 2005.

VAZ, Gislene de Almeida (2008), **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**, 2008. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/5813>.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

APÊNDICE A - Lista com links para as matérias analisadas

Data das matérias	Título	Link	Data de acesso
06/04/2018	Até o último dia da janela partidária, pelo menos 57 deputados já mudaram de legenda, informa Câmara	https://g1.globo.com/politica/noticia/no-ultimo-dia-da-janela-48-deputados-mudaram-de-partido.ghtml	16 de abril de 2018
10/04/2018	Pelo menos 80 deputados trocam de legenda durante a janela partidária	https://g1.globo.com/politica/noticia/pelo-menos-80-deputados-trocam-de-legenda-durante-a-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018
23/04/2018	Ao menos 18% dos deputados trocam de partido durante janela partidária	https://g1.globo.com/politica/noticia/ao-menos-18-dos-deputados-trocam-de-partido-durante-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018
03/04/2018	A quatro dias do fim da janela, 34 deputados federais já trocaram de partido	https://g1.globo.com/politica/noticia/a-quatro-dias-do-fim-da-janela-34-deputados-federais-ja-trocaram-de-partido.ghtml	16 de abril de 2018
06/04/2018	Eleições no DF: até o último dia da janela partidária, pelo menos 6 distritais mudaram de partido	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/eleicoes-no-df-ate-o-ultimo-dia-da-janela-partidaria-pelo-menos-6-distritais-mudaram-de-partido.ghtml	16 de abril de 2018
09/03/2018	Pelo menos 15 deputados trocam de legenda no primeiro dia da janela partidária; veja lista	https://g1.globo.com/politica/post/2018/03/09/pelo-menos-15-deputados-trocam-de-legenda-no-primeiro-dia-da-janela-partidaria-veja-lista.ghtml	16 de abril de 2018

		janela-partidaria-veja-lista.ghtml	
10/04/2018	Com fim da janela partidária, veja como fica a composição política no RN para as eleições 2018	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/com-fim-da-janela-partidaria-veja-como-fica-a-composicao-politica-no-rn-para-as-eleicoes-2018.ghtml	16 de abril de 2018
10/04/2018	Pelo menos dez deputados estaduais trocam de legenda durante janela partidária em MG	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/pelo-menos-dez-deputados-estaduais-trocam-de-legenda-durante-janela-partidaria-em-mg.ghtml	16 de abril de 2018
07/04/2018	Ao menos 12 políticos do Amazonas mudam de sigla na 'janela partidária'	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/ao-menos-12-politicos-do-amazonas-mudam-de-sigla-na-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018
11/03/2018	Um quarto dos deputados federais trocou de partido no atual mandato	https://g1.globo.com/politica/noticia/um-quarto-dos-deputados-federais-trocou-de-partido-no-atual-mandato.ghtml	16 de abril de 2018
10/04/2018	Quatro deputados federais de MT mudam de sigla durante janela partidária	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/quatro-deputados-federais-de-mt-mudam-de-sigla-durante-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018
09/04/2018	Sete deputados estaduais mudam de partido com janela partidária no Piauí	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/sete-deputados-estaduais-mudam-de-partido-com-janela-partidaria-no-piaui.ghtml	16 de abril de 2018
14/04/2018	Com mudanças durante janela partidária, bancadas da ALMT têm nova configuração	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/com-mudancas-durante-janela-partidaria-bancadas-da-alm-t-em-nova-configuracao.ghtml	16 de abril de 2018
02/04/2018	No troca-troca partidário, centrão se fortalece e PMDB, PT e PSDB são os que mais perdem. Jornais de segunda (2)	https://g1.globo.com/politica/blog/math-eus-leitao/post/2018/04/02/no-troca-troca-partidario-centrao-se-fortalece-e-pmdb-pt-e-psdb-sao-os-que-mais-perdem-jornais-de-segunda-02.ghtml	16 de abril de 2018
24/02/2018	Câmara avaliará se adia para abril início dos trabalhos nas comissões	https://g1.globo.com/politica/noticia/camara-avaliara-se-adia-para-abril-inicio-dos-trabalhos-nas-comissoes.ghtml	16 de abril de 2018
11/04/2018	Dezoito dos 63 deputados baianos mudam de legenda durante janela partidária	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/dezoito-dos-63-deputados-baianos-mudam-de-legenda-durante-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018
05/04/2018	A um dia do fim do prazo, 6 deputados já mudaram de partido em MT	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/a-um-dia-do-fim-do-prazo-6-deputados-ja-mudaram-de-partido-em-mt.ghtml	16 de abril de 2018
10/04/2018	Pelo menos 12 dos 54 deputados estaduais do Paraná trocam de legenda durante janela partidária	https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/pelo-menos-12-dos-54-deputados-estaduais-do-parana-trocam-de-legenda-durante-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018

10/04/2018	Pelo menos nove deputados estaduais e três federais trocam de partido no ES	https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/pelo-menos-nove-deputados-estaduais-e-tres-federais-trocam-de-partido-no-es.ghtml	16 de abril de 2018
11/04/2018	Dezoito dos 63 deputados baianos mudam de legenda durante janela partidária	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/dezoito-dos-63-deputados-baianos-mudam-de-legenda-durante-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018
10/04/2018	Veja composição da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa do AM após 'janela partidária'	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/veja-composicao-da-camara-municipal-e-da-assembleia-legislativa-do-am-apos-janela-partidaria.ghtml	16 de abril de 2018
02/04/2018	Raimundo Lira entrega liderança do MDB no Senado para deixar o partido	https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2018/04/02/raimundo-lira-entrega-lideranca-do-mdb-no-senado-para-deixar-o-partido.ghtml	16 de abril de 2018
06/04/2018	Hartung diz que fica no governo e Rose quer ser a candidata do MDB no ES	https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/hartung-diz-que-fica-no-governo-e-rose-quer-ser-a-candidata-do-mdb-no-es.ghtml	16 de abril de 2018